

MERCADOS A NORTE DO DOURO  
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA  
DOS PREÇOS EM PORTUGAL E A  
IMPORTÂNCIA DOS MERCADOS REGIONAIS:  
(SÉCULOS XVII-XVIII) \*

Por Aurélio de Oliveira  
(Faculdade de Letras do Porto)

«L'histoire quantitative est une histoire de masses considérées dans leur évolution fondamentale et continue de longue durée. Elle ignore les hommes et les faits exceptionnels»<sup>1</sup>

I. Considerações prévias

Os preços têm sido, tanto na era estatística como mesmo na era pré-estatística, um dos elementos mais usados e utilizados na construção e definição da História Quantitativa.

A elaboração de uma História Quantitativa tal como a definiu e concebeu Marczewski é extremamente difícil, se não mesmo impossível — mormente para as etapas mais recuadas — dados os requisitos que deve impor aos dados que utiliza.

Deixando de parte a polémica que se levantou em torno da definição do conceito e da sua aplicação<sup>2</sup> dever-se-á sublinhar que aproveitando de caminhos e pistas abertas não ingressamos nem cairemos certamente numa visão puramente economicista da História. Sempre reservaremos um largo e imprescindível espaço à história qualitativa

---

\* Uma síntese deste texto foi apresentada em *Oração de Sapiência* na abertura do Ano Lectivo da Universidade do Minho em Braga, em Outubro de 1982.

<sup>1</sup> Jean Marczewski, *Introduction à l'Histoire quantitative*, Geneve, 1965, p. 36.

<sup>2</sup> Jean Marczewski, *ob. cit.* e ainda: *Histoire quantitative ou histoire Sérielle? Quelques observations sur l'article de M. Chaunu* in Cahiers Vilfredo Pareto, 1964, n.º 3. Ainda do mesmo autor: *Hisloire Quantitative. Buts et Méthodes* in «Cahiers de L'Institut de Science Économique appliquée», n.º 115, Paris, 1961.

quer na apreciação e ponderação dos factos excepcionais, quer na explicação e interpretação dos dados numéricos apurados<sup>3</sup>. (Para não se falar, sequer, no efeito das «mentalidades» sobre os próprios fenómenos económicos). Todavia, em todas as circunstâncias (qualquer que seja o nível de exigência adoptado, ou tipo de história económica a elaborar) se terá de convir adquirirem aqueles dados e as séries a que dão origem um carácter «massivo» insofismável e determinante<sup>4</sup>.

Dos elementos a utilizar, os preços — dada a sua natureza e a extensão da realidade que traduzem — adquirem por excelência essa característica. Tal facto não lhes retira valor, antes pode ser factor de enriquecimento a qualquer dos níveis a que os queiramos considerar. São, na verdade, um dado englobante que apanha nas suas malhas todos os grupos e extractos sociais, mesmo que estes lhe não prestem a devida e consentida atenção. Comandam, no fundo, (consentida ou desprevidamente e a nível global) toda actividade económica nos seus dois poios fundamentais — a produção e o consumo: «Les prix sont l'inventaire permanent et public qui conditionne les choix et les efforts de tous les hommes qui concourt, par conséquent, à orienter leur activité économique dans la consommation comme dans la production»<sup>5</sup>. Mas as suas influências e correlações, sobretudo em períodos de crise, são muito mais vastas extrapolando aqueles parâmetros e repercutindo-se, por vezes, com gravidade sobre outros aspectos<sup>6</sup>.

<sup>3</sup> Não se resiste, por isso, a transcrever o aviso insuspeito do mesmo Marzewski, ao chamar, ele próprio, a atenção para os erros e perigos que encerra o excesso quantitativo ou o economicismo cego e todo o poderoso, como únicas bases da análise preferencial, ou pior ainda, exclusiva para todos os fenómenos históricos: «L'histoire quantitative ne saurait fournir une explication complete de l'évolution qu'elle relate. Les hommes et les faits exceptionels, les ruptures majeures de continuité sont pour elle de variables exogènes qui elle doit emprenter à l'histoire qualitative. Si elle ne le fait pas, elle aboutit à une masse de données numériques et a une série de d'cbauches explicatives cohérentes en elle — même, mais à peu-près inutilisables faute de **lien** explicatif avec la véritable origine de toute l'histoire: l'apparition des idées et des faits inédits» (J. Marzewski, *Introduction à l'histoire quantitative*, Genève, 1965, p. 36). Vide a este propósito as pertinentes observações de outro insuspeito: Pierre Vilar — *Desenvolvimento económico e análise histórica* trad. port. Editorial Presença, Lisboa, 1982, p. 14 e segs. Neste campo «nenhuma lei pode funcionar num sentido único e de maneira contínua. Não existe uma economia pura». Idem p. 44.

<sup>4</sup> Retornando hoje algumas escolas ao fenómeno essencialmente qualitativo nem aí se foge à tentação da sistematização e seriação dos próprios dados qualitativos. Ao menos o fenómeno frequência parece ter ficado em definitivo.

<sup>5</sup> Jean Fourastié, *L'évolution des prix à long terme*, Sous la direct. de, P.U.F., Paris, 1969, p. 1.

<sup>6</sup> G. Frêche, *Toulouse et la Région Midi-Pyrénées au Siècle des Lumières vers 1670-1789*, Mayenne. p. 667.

Os preços dos bens essenciais constituem exemplo flagrante e paradigmático. À sua influência nenhum grupo social pode escapar, de uma maneira ou de outra, em maior ou menor grau. Neste âmbito cai a maior parte dos preços dos géneros alimentícios, e entre estes, por excelência, sobretudo nas sociedades e economias do Antigo Regime ou de tipo similar, os preços dos grãos. Estes, para além daquele carácter, assumem então papel primordial e fundamental. É neste sentido que deve entender-se toda a força da afirmação de Labrousse: «tout le mecanisme est commendé par les mouvements longs ou courts du prix des grains»<sup>7</sup>. Numa expressão mais radical, mas dentro da mesma linha de pensamento, já o nosso Rodrigues de Brito nos inícios do Séc. XIX sublinhava o peso de tamanha realidade: o preço do trigo constitui a base de todo o sistema económico, comandando toda a sua evolução. Por isso «não ha hum genero que possa servir mais de medida de valor dos metais preciosos em todos os séculos e lugares como é o trigo»<sup>8</sup>.

Estes dados são ainda prenes de consequências a nível das relações que mantêm entre si ou que desencadeiam permitindo, deste modo, observar componentes importantes na evolução das conjunturas, ora medindo, ora apreciando as relações que se estabelecem entre os vários componentes da textura económica e social. Com aquelas aliás, visa essencialmente estabelecer relações causais ou de consequência, apreciações de valor quantitativo e relações de ordem qualitativa. Também a este nível poderíamos voltar a Labrousse completando a sua primeira afirmação: «La société économique est universelle: tout le monde est acheteur ou vendeur, tout le monde vit d'un revenu. L'Histoire économique étudie ainsi des faits de masse... Les phénomènes économiques ne sont pas seulement multiples. Ils sont, aussi, solidaires. On concluera de l'un à l'autre»<sup>9</sup>.

Os preços destes géneros têm sido, por conseguinte, um domínio que cada vez mais tem chamado a atenção dos economistas mas sobre-tudo dos historiadores, pelas intensas e importantes relações e conexões que mantêm com a restante textura económica e com todo o edifício social.

Este interesse pelo estudo dos preços, este gosto pela história quantitativa em geral tem uma vida relativamente curta.

<sup>7</sup> E. Labrousse, *La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution*. Paris, 1944, p. XXIX.

<sup>8</sup> Rodrigues de Brito, *Memorias Politicas sobre os verdadeiras bases da grandeza das nações e principalmente de Portugal*. Lisboa, 1803-5, (memória IV- pp. 21-22; pp. 20-36).

Vide infra nota 43.

<sup>9</sup> E. Labrousse, *ob. cit.*, p. 134.

Sem esquecer toda a gama de realizações já anteriores<sup>10</sup> constitui marco fundamental para arranque e desenvolvimento destes estudos a Crise Mundial de 1929-33. Pela sua natureza, pela sua gravidade e pelas suas consequências, despertou todo um interesse que jamais, a partir de então, deixou de crescer. Desde aí que uma série notável de trabalhos tem vindo a ser elaborada. Uns especificamente voltados para os preços e sua problemática (formação, evolução, mecanismos intrínsecos e extrínsecos, enfim teoria económica geral ou específica),<sup>11</sup> outros estudando-os preferentemente dentro de uma perspectiva histórica como um dos elementos — às vezes privilegiados — da demais textura e conjuntura económica, social e até política, como capaz de fornecer elementos chave para uma cabal interpretação e apreciação da evolução histórica geral. O quantitativo ganha aqui, uma nova dimensão formando o substrato para o estudo das condições materiais e práticas ao nível das quais decorre a vida do Homem através dos tempos.

A monumental obra-prima de E. Labrousse, representa, sob este aspecto, outro marco de tal modo saliente que depois da aparição de *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle* em 1933 e depois, em 1944, de *La crise de l'économie française à la fin de l'ancien Régime* jamais a sua influência deixou de pontificar em toda a historiografia não só francesa como europeia. Refere Pierre Chaunu, e com razão, que «hoje toda a escola histórica francesa é labroussiana» constituindo a obra de Labrousse juntamente com a Braudel uma espécie de império intelectual sobre a produção historiográfica francesa<sup>12</sup>. Essa influência, esse império, esse gosto, afinal essa necessidade pelo quantitativo ultrapassaram também rapidamente o quadro francês para se fazer sentir em todas as escolas historiográficas actuais. Tentam agora algumas delas novas vias, novos caminhos, novas aberturas e experiências.

Têm, por isso nestas peugadas, surgido numerosos estudos de

<sup>10</sup> Para uma visão conjunta do problema deverá consultar-se Vitorino Magalhães Godinho, *Introdução à História Económica*, Liv. Horizonte, Lisboa, (s/d, [1971] pp. 11-86. (Texto referencial, que se segue de perto).

<sup>11</sup> Estão neste caso todos os grandes economistas cujas obras constituem marcos notáveis na determinação da teoria económica em geral, suas leis e características. Por ser uma bibliografia das mais completas que conhecemos sobre tão vasta temática remetemos para a bibliografia final apenas à obra de Frêche: *Les prix des grains et des légumes à Toulouse (1486-1868) (Extraits des murcuriales suivis d'une bibliographie d'Histoire des prix)*; P.U.F., Paris, 1967.

<sup>12</sup> Pierre Chanu, *Conjonctures. Structures. Systèmes de Civilisation*, in «Conjoncture économique. Structures Sociales. Hommage à Ernest Labrousse». Mouton, Paris, 1974, pp. 21-26.

carácter histórico ora privilegiando exclusivamente os preços ora reservando-lhes lugar proeminente nos trabalhos que se têm debruçado sobre problemática económica, social ou histórica em geral, seja a nível regional ou local, seja a níveis mais vastos. Alguns transformaram-se em autênticas obras-primas, modelos acabados de investigação e análise históricas.

Não obstante o número já elevado de tais estudos lamentava-se recentemente George Frêche que eles não fossem mais numerosos, pois os considerava ainda muito limitados para o quadro geográfico francês<sup>13</sup>. Não ousamos comparar semelhante situação com o que existe dentro do panorama da nossa historiografia. Seria no mínimo, decepcionante<sup>14</sup>. Neste capítulo (como aliás noutros não menos importantes) a historiografia portuguesa leva ainda um considerável atraso.

O nosso meio foi muito activo e solícito na denúncia de erros mútuos no despique de valores e de lugares ao Sol entre académicos e não académicos sem que uns e outros tenham conseguido lançar e desenvolver novos e profícuos caminhos para a investigação historiográfica. Ainda muito recentemente, personalidades, que passam por ter tido ou terem papel relevante na Historiografia Nacional, verberavam convictamente a não necessidade do levantamento e utilização de uma História dos preços em Portugal, mesmo a sua inutilidade. Outros pretendem agora queimar etapas, passando da História factual e política (do tipo mais tradicional) à História das mentalidades (e tantas vezes já no nosso quadro meramente descritiva e factual). O ambiente não tem sido, pois, dos mais propícios a este tipo de abordagens.

Daí que praticamente só os trabalhos e a acção de um historiador continuem a avultar isoladamente na nossa produção historiográfica dentro dessa temática.

Na verdade, publicava Vitorino Magalhães Godinho —já lá vai mais de um quarto de século! —a primeira grande e importante obra sobre preços em Portugal cobrindo um período de cem anos: 1750-1850<sup>15</sup>. Essa obra vinha suprir a falta que em Portugal a historiografia manifestava no âmbito da Economia, em particular no capítulo específico dos preços em relação ao movimento europeu, mormente francês em cuja escola se integra, aliás. Sem esquecer algumas — poucas! — obras

<sup>13</sup> George Frêche, *Les prix des grains, des vins et des légumes à Toulouse (1486-1868)*. P.U.F., Paris, 1967, p. 10.

<sup>14</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Introdução à História Económica*, ed. cit., p. 49.

<sup>15</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies au Portugal, 1750-1850*. A. Colin, Paris, 1955.

anteriores — e sobretudo, desta feita, sobre colecção de dados — esse trabalho deverá ser considerado como a primeira grande obra sobre os preços e sua problemática em Portugal.

Todavia tal obra continuou, melhor dito, permaneceu esquecida por parte da historiografia tradicional—(como aliás quase toda a restante obra do autor) .Incompreensivelmente também permaneceu esquecida por parte da historiografia não oficial dita «não académica» que se mostrou incapaz de singrar pela pista aberta. Desconfiamos hoje se por incapacidade criadora se por se atolar, de certo modo, em escolas historiográficas de índole teológica copiando o feitio à historiografia oficial. Obviamente que para ela não servia o exemplo e o programa de acção desenvolvidas em *Prix et Monnaies au Portugal*<sup>16</sup>.

Desgraçadamente que tal trabalho continua praticamente isolado e lamentavelmente esquecido por parte dos investigadores que ao campo específico da História têm dedicado os seus interesses. *Prix et Monnaies* que pretendeu confessadamente ser uma introdução e um desafio<sup>17</sup> a nossa investigação ficou sem eco, sem resposta, sem despertar o interesse que devia e merecia.

Não estranha, por isso, que seja ainda o mesmo autor a voltar a idêntica temática em 1971 com a sua pequena mas importante *Introdução à História Económica*<sup>18</sup>. Aí chama mais uma vez a atenção para esta grave lacuna da nossa historiografia, em que não obstante se permanece, e para a importância fulcral de que hoje se revestem tais estudos na observação, compreensão e interpretação da História em geral, e não só já no campo especificamente económico.

<sup>16</sup> Não é este o lugar azado, para juízos de valor sobre o comportamento de uns e outros. Todavia, e para que se faça uma ideia da resistência «oficial» às novas correntes, não deixa de ser curioso e muito significativo uma apreciação expressa na «Revista Portuguesa de História» em 1947 (T. III, p. 337) pela mão de Franco Machado acerca de uma das obras daquele autor, e que traduz de modo eloquente a pertinaz contumácia da corrente historiográfica nacional, face a perspectiva de novos caminhos e novos horizontes a abrir:

«Documento sobre a Expansão Portuguesa» (Titulo de espécie ambígua, como diria um dos nosso clássicos)... É na realidade obra, onde, em notas substanciais, se põe como factor primordial na interpretação causal da nossa expansão ultramarina o *económico*, velha tese materialista que já há muito colocada à margem da estrada real dos acontecimentos, nos consente passar sem mais exame e outras edições de maior interesse... (*Revista Portuguesa de História*, T. III, Coimbra, 1947, pp. 9-337). Já em 1943, se registava o mesmo competido silêncio. *Idem*, T. II, pp. 338-346.

<sup>17</sup> Vitorino de Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies au Portugal 1750-1850*, ed. cit., p. 11.

<sup>18</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Introdução à História Económica*, Liv. Horizonte Lisboa, s/d, (1971).

As séries de preços, como outras de ordem quantitativa, que se conhecem em Portugal continuam sendo muito raras e ainda por cima, incompletas e truncadas. «Das poucas sucessões existentes sobre preços e quantidades produzidas — as mais importantes — a grande maioria abrange somente um reduzido número de anos; outras apresentam-se incompletas, ou, o que é pior, não merecem confiança»<sup>19</sup>. Embora a distância no tempo que hoje nos separa de tais observações seja grande elas infelizmente continuam válidas e actuais, pois pouco mais se progrediu desde então. Deste modo continua a ser pura quimera uma visão do comportamento geral do país não obstante se ir conhecendo séries e tabelas para os principais centros como Lisboa, Porto e Évora, mas de preferência, em épocas cada vez mais recentes.

Pensamos, porém, que o verdadeiro conhecimento do país só resultará com possibilidades de segurança através das necessárias análises e estudos regionais e locais em busca de novas arrumações espaciais quanto a mercados. Com efeito, sendo embora uma realidade geográfica relativamente pequena, Portugal apresenta variedades de áreas e aptidões a cujos comportamentos só poderemos ter acesso através das análises restritas<sup>20</sup>.

Será essa, em nosso entender, tarefa urgente e muito útil se bem que modesta e não espectacular. Deixe-se, pois, sossegar no afã de grandiloquência muitas vezes quase só publicitária — os apressados fazedores das grandes sínteses, das grandes categorias, das leis imutáveis — porque elas são pelo menos necessariamente incorrectas se não mesmo erradas. Pierre Goubert com a autoridade que lhe assiste sublinhava ainda recentemente que «le temps des grands principes, des grandes thèses et des grandes hypothèses (no grande quadro, diria das grandes certezas) à été exaltant et fécond, et des génies de diverses trempes s'y sont ébroués à l'aise. Il est temps d'en venir aux choses sérieuses, c'est-à-dire à l'analyse pluri disciplinaire (et débarrassée de préalables certitudes) de la seule réalité française, européenne et peut-être mondiale: la région. Ensuite on pourra philosopher<sup>21</sup>.

<sup>19</sup> J. F. Bento Murteira, *Sobre a Evolução dos preços do Centeio no Distrito de Bragança (1701-1788)*, in «Economia e Finanças. Anais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras», Vol. XXI, T. II, Lisboa, 1953, pp. 284-285.

<sup>20</sup> Albert Silbert, *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Liv. Horizonte, Lisboa, 1972, p. 15.

<sup>21</sup> Pierre Goubert, *Sociétés rurales françaises du XVIIIe Siècle. Vingt paysanneries contrastées. Quelques problèmes*, in «Conjoncture Économique, Structures Sociales. Hommage à Ernest Labrousse». Mouton, Paris, 1974, p. 385.

As séries que até hoje conhecemos, seja a nível regional ou local seja nacional, não são das melhores. Apresentam, mesmo em épocas tardias, como é já o século XIX e até o século XX, falhas de qualidade que impõem cuidados no seu tratamento e precauções na sua apreciação final<sup>22</sup>. Ora todas essas dificuldades se acumulam à medida que recuamos no tempo e penetramos nas eras pré-estatísticas. Aqui as imperfeições avolumam-se. Os resultados finais requerem como não podia deixar de ser, maior ponderação tendo sempre em consideração a natureza o estado e a qualidade das fontes das quais são extraídas<sup>23</sup>. Grande parte, se não mesmo a totalidade das nossas séries do período Moderno em Portugal estão nestas últimas condições e impõem, por isso, o maior cuidado e precaução.

\*

O trabalho primeiro e não menos importante na fase em que nos encontramos começa pela recolha dos dados. Por aí se iniciou também em Portugal. Tarefa que pressupõe, já aliás, uma determinada sensibilidade pela importância dos preços, bem como pelos problemas económicos em geral. Essa sensibilidade existiu mais correntemente entre nós a nível individual do que a nível colectivo — equipas dirigentes e responsáveis pela gestão da coisa pública.

O desenvolvimento da estatística acelerou-se em alguns países já no século XVIII como consequência da necessidade da boa administração levando à colecção de dados para um melhor conhecimento dos recursos do Estado, ou da situação efectiva da Grei. Em alguns lados com a finalidade confessa dos poderes públicos mais facilmente podem vir a fazer face a perturbações mais ou menos profundas surgidas no corpo social ou económico. Lembramos que foi graças a tais preocupações que em França (como também em Espanha) que os monarcas ordenaram os recenseamentos sobre a produção, a população e a colecta

<sup>22</sup> Jorge Alarcão, *Subsídios para o estudo dos termos fundamentais de economia portuguesa*, in «Revista Económica», vol II, fase. 11, Lisboa, 1949, p. 73...» entre os índices publicados oficialmente não se encontram nenhum que mantenha a continuidade de observações desejável para os preços no período de 1914 a 1945».

<sup>23</sup> Ainda no que às fontes concerne, também para Portugal é de reter a observação de Istvan Kiss: «Furthermore, the sources are only partial and incomplete, even for those areas where prices may have played a greater part». (Istvan N. Kiss, *Money, Prices and Purchasing Power from the XVI th to the XVIII-th Century*, in «The Journal of European Economic History», Vol. 9, N.1<sup>o</sup> 2, Fall, 1980, Roma, 1980, p. 461.



dos preços dos géneros sobretudo agrícolas. Dessa preocupação de registo nos ficaram séries, algumas bem longas e excelentes, que serviram de base —aliás como fonte primeira e mais importante — para os estudos de história económica e social desses tempos.<sup>24</sup> Entre nós tal preocupação a nível oficial é mais tardia. Todavia, poderia apontar-se como pioneiro por tais preocupações D. Luís da Cunha. No seu *Testamento Político* chama a atenção ao novo monarca para a necessidade e utilidade da recolha de tais dados<sup>25</sup>. O aviso não teve a resposta que merecia, (não obstante já Pombal ter promovido a recolha de dados quantitativos em particular sobre a população). Ordenaram-se por vezes alguns inquéritos, dirigidos às populações sobretudo através dos párcos, curas, vigários das paróquias e outras entidades eclesiásticas. A maior parte ficou, ao que parece, sem resposta. Sempre com carácter esporádico, ocasional. As populações, por seu turno, reagiam extraordinariamente mal a tais inquéritos sempre entendidos e olhados como mais um passo — o primeiro — para novos vexames e imposições fiscais. Em qualquer dos casos, como dissemos, são amostras ocasionais seja sobre a população, seja sobre a produção e os preços permitindo apenas análises horizontais, esporádicas e não, pelo geral, sistemáticas que mantendo embora o valor de amostras por vezes decisivas, não permitem avançar muito em observações do tipo vertical e em profundidade.

## II Perspectiva breve sobre a história dos preços em Portugal

O Registo sistemático e a utilização estatística só começou entre nós muito tardiamente já bem rodado o século XIX.

Tal como para os registos de população, também os cuidados com os registos da produção agrícola datam apenas da segunda metade

---

<sup>24</sup> Neles se apoiaram também as duas notáveis obras de Labrousse (além de outros autores, seja para estudos de prospecção regional, seja nacional). Em França desde os meados do século XVIII que o *Contrôle Général* e os *États de Subdélégation* ou de *District* ordenara prospecções estatísticas sistemáticas. «Comme la statistique des prix la statistique des récoltes est sous l'Ancien Régime l'oeuvre du Contrôle Général Para esse Contrôle Geral trabalham as Subdelegações «departamentais»: «son object est de réunir *chaque année un* ensemble de renseignements — quantitatifs, qualitatifs, discriptifs qui lui permcttent d'apprécier approximativement «le produit réel» des rcoltes» (E. Labrousse, *La crise de l'économie française...*, ed. cit., p. 61).

<sup>25</sup> D. Luís da Cunha, *Testamento Político*, Lisboa, 1943, (ed. dos Cadernos «Seara Nova» prefácio de Manuel Mendes) p. 64. O mesmo preconiza Ribeiro Sanches. Isto para se passar em branco as medidas no mesmo sentido ordenadas pela administração filipina (que não foram poucas e para os mais variados sectores).

deste século<sup>26</sup>. E no que respeita a estes últimos só mesmo pelos finais entre 1880-1890 e mesmo 1900 se consegue organizar a recolha com alguma fidelidade e sequência tendo para isso muito contribuindo Elvino de Brito que dirige as primeiras publicações dos *Anuários Estatísticos* sobre a produção agrícola. A recolha de dados informativos vem, não obstante, desde meados do século (mas sem carácter sistemático) data a partir da qual a então Repartição de Agricultura impõe aos Governadores dos Distritos o envio de relatórios sobre a produção, àquela repartição central<sup>27</sup>. Não obstante as informações preciosas que contêm e a sua imprescindível utilidade, imperfeições, irregularidades e restrições de ordem geográfica, são as notas que ainda muito as caracterizam. Sobre a situação e sobre a utilidade desses registos bem como sobre o abandono e atraso em que ainda se encontram ao findar o século XIX se lamentava Oliveira Martins por 1880: «A nossa estatística está (ainda) longe de satisfazer às justas reclamações de um tempo em que o legislador e o estadista dignos de tal nome não devem nem podem dar um passo sem o conhecimento positivo e numérico dos elementos ou dos objectivos sobre que se propõem actuar. Além de escassos, os trabalhos estatísticos portugueses não primam em geral pela perfeição<sup>28</sup>. Os dados apurados credores de muita pouca confiança. (Por 1891, por exemplo, a fidelidade dos referentes à produção agrícola eram praticamente ainda quase nulos<sup>29</sup>.) Daqui resulta necessariamente a

<sup>26</sup> Vide nota anterior (tomando em especial consideração as medidas pioneiras da Administração Filipina). A falta de um conhecimento exacto da produção e da situação do país, são também para Luís da Veiga um dos mais graves impecilhos que afectam toda a produção do Reino «(Cf. Luís da Veiga, *Escola Mercantil*, Lisboa, 1803, pp. 478-479.

<sup>27</sup> Tal como os registos de população, também os cuidados com os registos da produção agrícola datam apenas de cerca de meados deste século. (Desde 1836-1840. Cf. A. H. M. O. P. — M. R.—vária). E no que respeita a estes últimos só mesmo pelos finais entre 1880-1890 e mesmo em 1900 se consegue organizar qualquer coisa de mais sistemático tendo para isso muito contribuindo Elvino de Brito que dirige as primeiras publicações dos *Anuários Estatísticos* sobre a produção agrícola. «A recolha de dados informativos vem, não obstante, desde meados do século mas sem carácter sistemático data a partir da qual a então Repartição de Agricultura impõe aos Governadores dos Distritos o envio de relatórios sobre produção». (Miriam Halpern Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, pp. 55-58). Não obstante as informações preciosas que contem, irregularidade e imperfeições são notas que muito as caracterizam ainda.

<sup>28</sup> Oliveira Martins (J. P.), *Estatística em Portugal*, in «Política e Economia Nacional», col. Obras de O. M. Guimarães ed., Lisboa, 1954, p. 125.

<sup>29</sup> *Relatório da Exposição Industrial Portuguesa em 1891 no Palácio de Cristal Portuense*, Lisboa, 1893, p. 94.

ignorância sobre a real situação do país ora como produtor, ora como importador, situação grave não só para o Lavrador» «imerso numa ignorância lastimável acerca da nossa precisa situação actual» como também pelos responsáveis da Governança e da coisa pública<sup>30</sup>. São, por isso, também tardias as tentativas individuais de coleccionar os dados referentes aos preços agrícolas e de os utilizar como fonte para o estudo da nossa vida agrícola e da vida nacional no seu conjunto. Entre esses pioneiros devem contar-se Rodrigues de Brito de Moraes Soares. O primeiro logo desde o início do século XIX, o segundo a partir de meados do mesmo.

Aproveitam-se e apoiam-se os dois em colecções de preços por eles coligidos dos mercados regionais das cidades de Évora e Lisboa respectivamente.

O caso mais notável e importante é, sem dúvida alguma, o de Rodrigues de Brito que logo ao abrir o século XIX, dedica um importante e interessante estudo aos preços em Portugal e a outras problemáticas com eles relacionados: — sobre a moeda em particular e sobre o influxo do aumento ou diminuição dos metais preciosos na evolução dos preços.

O autor parte de duas séries fundamentais: Uma tirada dos preços do *Depósito Público ou Monte da Piedade* — instituído em Évora em 1576 pelo então Cardeal Infante D. Henrique, os quais, não sendo embora os mais correntes na cidade, conforme sublinha Rodrigues de Brito, são um elemento muito importante a aproveitar<sup>31</sup>, até porque essa instituição vendia, comprava e revendia grãos na cidade, com fins lucrativos. A outra série e à qual atribui mais importância é a que se elabora sobre os preços praticados no terreiro público da cidade de Évora, sobre o preço médio do mês de Agosto desde 1639 coligida (possivelmente a seu pedido) pelo então Desembargador e Provedor da cidade.

O autor não se limitou àqueles períodos. Utiliza, também, dados, que lhe permitiram traçar a evolução dos preços médios desde o reinado de João II (tendo ainda recolhido ou estudado os elementos de que dispunha mesmo para tempos mais antigos). Reconhece, porém, desde logo, a dificuldade e a impossibilidade de para esses tempos mais recuados se vir a constituir qualquer série digna desse nome: «a falta que há de monumentos históricos relativos a este objecto, nos deixa assaz satisfeitos quando descobrimos algum preço antigo de qualquer

<sup>30</sup> Bazílio Telles, *Estudos Históricos e Económicos II*, Chardon. Porto, 1901, p. 264.

<sup>31</sup> Rodrigues de Brito, *Memórias Políticas sobre as verdadeiras bases das Nações e principalmente de Portugal*, Lisboa, 1803-5 (3 vols.), Memória IV (T. II), pág. 64.

mês, que seja: o que julgamos suficiente para virmos a uma verdade aproximada»<sup>32</sup>. Rodrigues de Brito teria incluído todos esses elementos (e possivelmente ainda outros) nuns *Mapas* insertos numa *Memória sobre o Trigo*: «o que se prova pelos mapas dos preços do trigo calculados e reduzidos a moeda actual e que publicaremos na nossa memória sobre o valor do trigo»<sup>33</sup>, *Memória e mapas* esses já afanosamente buscados. Porém, sem sucesso<sup>34</sup>. Representa mesmo assim e contando apenas com os elementos que nos ficaram insertos nas suas *Memórias Políticas* (Memórias IV e V do Tomo 2) o primeiro e mais importante estudo sobre os preços e evolução da moeda em Portugal, bem como ainda interessantes considerações sobre o valor relativo do trigo e dos metais preciosos, como já referimos.

Esta primeira e valiosa «introdução» à História Económica Portuguesa ficou, lamentavelmente, sem continuadores. Só muito tempo depois nos surge um novo autor preocupado com esta temática, sublinhando de modo muito explícito a importância e a necessidade de recolha e estudos dos dados atinentes aos preços. Com efeito em 1858 iniciava-se a publicação do *Archivo Rural*, e aí, em 1859, publicava Rodrigo de Moraes o seu *Resumo histórico dos preços dos cereaes e outros generos alimentares no continente do Reino*<sup>35</sup>. Ali se coligem os preços do Terreiro de Lisboa: do trigo, desde 1728; da cevada desde 1735; do milho desde 1756 e do centeio desde 1757 (ainda que estes muito truncados). Surge este trabalho na sequência dos esforços que Moraes Soares vem desenvolvendo desde 1852.

O *Archivo Rural*, também desde o seu início, em 1858, que publicou os preços quinzenais (desde abril), tanto dos cereais (trigo, milho, centeio e cevada) como dos líquidos (vinho e azeite) legumes e batata, em todos os principais mercados do País. Para o mercado lisboeta, junta-se toda uma série de outros géneros<sup>36</sup>. Pela mesma altura fazia

<sup>32</sup> Rodrigues de Brito, (ob. cit.), *Memória IV*, p. 51.

<sup>33</sup> Rodrigues de Brito, (ob. cit.). *Memória IV*, p. 43. Para este breve busquejo sobre a História dos preços em Portugal seguimos as informações e referências de Magalhães Godinho (em *introdução à História Económica*, ed. cit.) alargando-as e completando-as sempre que possível.

<sup>34</sup> Fernando Pinto Loureiro, *Preços do trigo e do milho em Lisboa e em Coimbra no primeiro vinténio do século XIX*, in «Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra», Coimbra, 1953, vol. II, p. 170.

<sup>35</sup> Rodrigo de Moraes Soares, ob. cit., (no *Archivo Rural*, Lisboa, 2.º ano, 1859, T. II, pp. 436-440, e pp. 462-466. (Relatório de Maio de 1856).

<sup>36</sup> *Archivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas*, Lisboa, 1858-1902.

Lopes de Mendonça uma tentativa de recolha de dados para os séculos XV e XVI anotando alguns preços dispersos sobre aquele período. Esforço louvável mas demasiado restrito, tendo sido a intenção do autor não, fazer uma recolha sistemática que já nessa altura seria possível fazer, mas tão só, extrair mais alguns elementos de alguns documentos inéditos ou impressos<sup>37</sup>.

Pelos finais do Século Ernesto de Canto publica alguns dados para os Açores<sup>38</sup>. Valor do trigo na Ilha de S. Miguel (no «Archivo dos Açores» do ano de 1878 —cobrindo um período que, ainda que com lacunas, vem desde o princípio do século XVI (desde 1500) a 1879. Todavia, aqui se juntam, por vezes, preços de proveniência vária: «foram extrahidos dos capítulos 52 e 53 de Fructuoso, e do *Agricultor Michaense*, T. I, pp. 133 e seguintes, onde foram publicados em 1844, declarando que os preços posteriores a Fructuoso, foram encontrados nos Livros d'Assentos da Santa Casa da Misericórdia e nos da Câmara de Ponta Delgada... alguns (outros) do Livro Velho do Tombo da Câmara de Ponta Delgada e os restantes de autos, execuções judiciais, escrituras de quitação, e outros documentos authenticos»,<sup>39</sup>.

A obra principal desses dois homens não teve, porém, seguimento como mereciam. No dizer de Godinho «o que se fez depois não teve a mesma qualidade e a quase nada se reduz»<sup>40</sup>. De qualquer modo, e passem as insuficiências contidas, não deixam de ser importantes estes cuidados de recolha e estes primeiros estudos.

Sereados no tempo, outros trabalhos, abordando de modo expresse esta temática, ou dela se ocupando marginalmente devem ser sumariamente referenciados:

Acúrsio das Neves, recolheu e legou-nos também uma pequena série para os preços dos cereais em Lisboa entre 1800 e 1819 sobre os trigos e milhos estrangeiros e nacionais (preços médios)<sup>41</sup>.

---

<sup>37</sup> A. Lopes de Mendonça, *Curiosidades Históricas acerca dos Preços em Portugal nos séculos XV e XVI*, in «Archivo Pittoresco», vol. I, 1858, pp. 342-344.

<sup>38</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Introdução à História económica*, ed. cit., p. 90. *Prix st Monnaies...*, ed. cit., p. 137.

<sup>39</sup> *Archivo dos Açores*, vol. I, Maio de 1878. Ponta Delgada-S- Miguel, p. 525, Série, pp. 524-535.

<sup>40</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Introdução à História Económica*, ed. cit., pp. 90-91.

<sup>41</sup> J. Acúrsio das Neves, *memória sobre os meios de melhorar a Indústria Portuguesa*. Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal. Lisboa. 1964, p. 40. (A partir dos dados mandados recolher e coligir pela Junta Geral do Comércio).

Pelos fins do século Elvino de Brito, tratando de algumas questões da agricultura nacional sobretudo do problema vinícola, apresenta séries de preços para os vinhos e para os cereais desde 1728 a 1888 (preços médios anuais do mês de Agosto para o trigo, cevada, milho e centeio).<sup>42</sup> Pouco depois o Visconde de Coruche ao abordar a questão dos cereais no contexto das leis proteccionistas de 1889 publica também os preços do trigo no Terreiro de Lisboa, desde 1728. (Produz aqui aliás, algumas interessantes considerações na mesma linha de Rodrigues de Brito, sobre os cereais e o ouro como aferidores do valor e preço das mercadorias e bens em geral)<sup>43</sup>.

Vieira da Rocha utilizou — nos princípios deste século — uma curta série de preços que analisou, entre 1896 e 1910, sublinhando ainda todas as dificuldades encontradas»: pode contar com fadiga certa e resultados incompletos quem pretender realizar uma investigação conscienciosa do movimento dos preços em Portugal»<sup>44</sup>.

Pouco conhecido e praticamente nada utilizada tem sido o trabalho de Eduardo Almeida que publicou na Revista de Guimarães, já em 1930, uma longa série de preços, desde 1522<sup>44\*</sup>. Ainda para a cidade de Guimarães publicou em 1953 Alberto Vieira Braga uma, sem dúvida, meritória tabela de preços extraídos dos Livros dos Acórdãos e Vereações para todo o século XVII. Todavia um trabalho mais cuidadoso teria enriquecido essas tabelas em ordem a colmatar o mais possível as lacunas que este tipo de fontes apresenta. Para poucos produtos é possível traçar o comportamento anual. Não deixa, porém, de constituir um elemento fundamental para o estudo dos preços e salários em Guimarães em tal período<sup>45</sup>.

Por respeitar a áreas do interior, mais próximas dos centros de produção, também por respeitar a mercados muito afastados dos cen-

<sup>42</sup> Elvino de Brito, *Assuntos Agrícolas. A propósito da Crise Vinícola. Memória e Documentos*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

<sup>43</sup> Visconde de Coruche, *A Questão monetária dos Cereais*, Lisboa, 1894. «Para fazer Juízo seguro do verdadeiro valor das cousas em todas as épocas, o cereal é mais certo e presta-se melhor que a moeda», p. 7).

<sup>44</sup> Albino Vieira da Rocha, *Situação económica de Portugal. A alia de Preços*, Coimbra, 1913.

<sup>44\*</sup> Eduardo d'Almeida, *Regimento de Salários e Preços de 1522* (para Guimarães). «Revista de Guimarães», vol. XL, n.ºs 1-2, Janeiro-Junho de 1930. Guimarães, 1930, pp. 41-63; 149-170. Cf. também A. L. de Carvalho, *Os Mesteres de Guimarães*, vol. VI, pp. 211-213.

<sup>45</sup> Alberto Vieira Braga, *Administração Seiscentista do Município Vimaranesense*, Guimarães, 1953. (Tabelas do fim do volume).

tros da orla marítima ou com ela muito relacionados merece especial relevo os dados levantados pelo Abade de Baçal para o Distrito de Bragança. Dados dispersos mas mesmo assim muito importantes considerando essencialmente os preços referentes ao centeio — principal produto do Distrito — ainda que a série apresente lacunas muito consideráveis<sup>46</sup>.

Sobre os dados pacientemente coligidos pelo Padre Francisco Manuel Alves se efectuaram posteriormente alguns estudos, sendo de referir sobretudo o de Bento Murteira ainda que numa perspectiva acentuadamente estatística<sup>47</sup>. Frédéric Mauro num estudo histórico comparativo utiliza os mesmos dados a par dos que refere também para os Açores, Madeira e Lisboa<sup>48</sup>. (Anotava até, nessa altura, a propósito da escassês deste tipo de dados na historiografia portuguesa para o período em causa (1570-1670): «Utilisons les deux seules series de prix qui aient été jusqu'ici publiées»<sup>49</sup>). Outros autores se têm também utilizado dos dados do Abade de Baçal.

Pinto Loureiro lançando mão dos livros da Câmara de Coimbra colige o preço dos trigos e milhos (grosso, miúdo e painço) para o período de 1800 a 1820 relacionado o seu comportamento e evolução com os verificados em Lisboa à base dos elementos para aqui coligidos por Acúrsio das Neves. Sobre as duas séries elabora aquele autor um estudo conjunto<sup>50</sup>. Pela mesma altura (1953) Albert Silbert publicava uma valiosa «Contribution à l'étude du prix des céréales à Lisbonne (du milieu du 18<sup>e</sup> au 19<sup>e</sup> siècle»<sup>51</sup>

Socorrendo-se ainda de livros de acórdãos e vereações, pelo menos numa grande parte, Artur Salvado utiliza algumas séries portuenses (azeites, manteigas e gorduras desde 1843) sendo de todo o interesse o levantamento efectuado embora o autor sublinhe não se tratar de um estudo exaustivo, mas de «um apanhado de fontes impressas e manuscritas»<sup>52</sup>.

<sup>46</sup> Magalhães Godinho, *Introdução...*, ed. cit., pp. 01-92.

(*Memórias do Abade de Baçal*, t. IV).

<sup>47</sup> J. F. Bento Murteira, *Sobre a evolução dos preços do Centeio no Distrito de Bragança (1701-1788)*, ed. cit. Cf. também *Contribuição para o estudo dos preços agrícolas em Portugal*, Centro de Estudos de Estatística Económica I.A.C.-Lisboa, 1958, (de colaboração com J. D. Pardal).

<sup>48</sup> Frédéric Mauro. *Le Portugal et l'Atlantique au XVII<sup>e</sup> Siècle (1750-1670)*, Paris 1960. (Nova Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1983, pp. 359-405).

<sup>49</sup> F. Mauro, ob. cit., p. 297. (Edição Fundação Calouste Gulbenkian, p. 346).

<sup>50</sup> F. Pinto Loureiro, ob. cit.

<sup>51</sup> No vol. VI da «*Revista de Economia*», Lisboa, 1953.

<sup>52</sup> Artur Salvado, *O azeite na economia do Porto. Conspecto histórico. Preços do Azeite (séculos XV a XX). Preços de outras gorduras*, in «Boletim na Junta Nacional do Azeite»

Sobretudo do ponto de vista analítico e histórico-comparativo o mérito dos trabalhos, na maior parte, não pode considerar-se excepcional. Poucas das séries foram levantadas sobre fontes verdadeiramente inéditas. Dos trabalhos mais recentes, poucos são também os que fogem a esta característica. — Na sua maior parte os trabalhos feitos foram-no, como já referimos, sobre os dados já coligidos por outros, já publicados, ou então que correm já em fontes impressas, reportando-se estes, por conseguinte, a épocas mais tardias. São estes, aliás, que constituem a maioria.

Dos estudos mais recentes é de destacar o de Miriam Halpern Pereira que utiliza dados recolhidos nos arquivos do Porto, Coimbra, Évora e Lisboa para o período posterior a 1844<sup>53</sup>.

Nós próprios em 1970 publicámos uma primeira tabela de preços, respeitante essencialmente aos cereais, extraídos dos livros de Contas e Recibos da Abadia beneditina de Tibães entre 1630 e 1680. Posteriormente e numa outra abordagem incluímos esses preços, numa série mais longa abrangendo os anos de 1680 a 1830—o que ficou a constituir a mais longa série conhecida para os meios rurais, respeitantes essencialmente a áreas de produção<sup>54</sup>. Estão também já recolhidos os preços do mercado bracarense extraídos dos livros das Estivas camarárias para o período de 1749 a 1820<sup>55</sup> e dos livros de Vereações<sup>55\*</sup>. Pinto Ferreira publicou também em 1972 os preços dos géneros alimentares para os mercados do Porto entre 1844 e 1889 extraídos das tarifas camarárias da cidade<sup>56</sup>. No ano anterior António Amorim extraia das Vereações de Vila do Conde os preços de vários géneros para o século XVII<sup>56\*</sup>. Para Ponte de Lima surgiu uma série publicada por António Reis em 1980<sup>57</sup>. Em 1979, Virgínia Coelho fazia um estudo sobre

n.ºs 49-50, 1958, p. 27. Nos números 51-52 do mesmo ano: A evolução do preço das gorduras alimentares, pp. 25-27.

<sup>53</sup> Miriam Halpern Pereira, *livre Câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa, 1971, pp. 189 e segs.

<sup>54</sup> Aurélio de Oliveira, *Elementos para a história dos preços na região bracarense (1680-1830)*, Braga, 1973.

<sup>55</sup> *Demografia e preços agrícolas no Vale do Cávado durante o Amigo Regime (que publicaremos brevemente)*.

<sup>55\*</sup> Estes desde 1600 a 1820.

<sup>56</sup> J. A. Pinto Ferreira, *Preços de Géneros Alimentícios comerciados nos mercados do Porto no século XIX (1844-1889)*. Porto, 1972.

<sup>56\*</sup> António A. Gomes de Amorim, *Vila do Conde no século XVII*. Coimbra, 1971. (dact.) *Preços do pão. Carne, vinhos, azeite e sabão*.

<sup>57</sup> António Reis, *Almanaque de Ponte de Lima*. Ponte de Lima, 1980 (de 1625 a 1913).

— Para a Região de Caminha, Cf. António de Oliveira, *A Vida Económica e Social*



os preços do azeite em Lisboa desde 1626 a 1733<sup>58</sup>. Em trabalho de maior fôlego e ambição David Justino está presentemente elaborando um levantamento de preços e seu estudo, para os principais centros e mercados do país, com particular incidência na Idade Contemporânea

— Séc. XIX<sup>59</sup>.

Existem para além disto outras referências quase sempre ocasionais e episódicas, em publicações de carácter regional que importa também, num estudo final, ter em consideração<sup>60</sup>.

As séries de preços até hoje recolhidas e estudadas apresentam características marcantes. Na sua maioria respeitam a épocas tardias,

— quase todas posteriores a meados do século XVIII. Dizem elas também respeito aos mais importantes centros do país e principais mercados. Respeitam exclusivamente aos centros urbanos, maiores locais de transacção (que não de produção). Abarcam, por fim, um número muito restrito de géneros. Finalmente, poucas dessas séries têm saído de fundos inéditos. Grande parte das que respeitam ao século XIX, foram já impressas em jornais ou outras publicações periódicas. São pelo geral curtas séries.

Continua, por conseguinte, com actualidade o aviso de Moraes Soares preconizando a urgência e a necessidade da recolha de séries extraíndo-as dos arquivos nacionais, das contabilidades e registos camarários ou dos Conventos e Cabidos espalhados pelo país<sup>61</sup>.

---

*de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra, 1972, vol. II. Para o Algarve: J. Romero Magalhães, *Para o estudo de Algarve económico durante o século XVI*, Cosmos, Lisboa, 1970, Passim.

<sup>58</sup> Virgínia Coelho. *Preços do Azeite em Lisboa 1626-1733*, «Revista de História Económica e Social». N.º 4, Julho-Dezembro, Lisboa, 1974.

<sup>59</sup> Numa excelente antecipação publicou recentemente e tratou uma série de dados para os mercados do Sul em *Crises e decadência da economia cerealífera alentejana no século XVIII*, «Revista de História Ec. e Social», n.º 7, Janeiro-Junho, 1981, pp. 29-80. As séries de Barcelos estão também já a ser levantadas e trabalhadas até 1820. Também por nossa indicação as do Porto, através dos Liv. da Misericórdia.

<sup>60</sup> Cf., por exemplo, Manuel Amorim, *A Vila de Rates no século XVIII*, in «Boletim Cultural da Póvoa de Varzim», vol. XIII, 1974, n.º 2, pp. 314-318; António Cruz. *Algumas observações sobre a vida económica e social da cidade do Porto nas vésperas de Akúcer-Quibir*. Porto, 1967, pp. 77 e segs.; A. Viana, *Misericórdia de Vila Ruiva*, in «Arquivo de Beja», vol. 8.º, fases I-IV, Janeiro-Dezembro, 1951, Beja, 1951, pp. 3-69; etc.

— Sobre os preços (sobretudo dos cereais 1914-45) será ainda de referir as *Crónicas* de Diogo Pacheco de Amorim, insertas na Revista «Centro de Estatutos Económicos» (N.º 1, N.º 2, pp. 81-101. Lisboa, 1945); N.º 3, pp. 59-72 (Lisboa, 1946); N.º 5, pp. 95-115 (Lisboa, 1947); N.º 6, pp. 99-107 (Lisboa, 1948), N.º 8, pp. 67-77 (Lisboa, 1949); cf. nota 63.

<sup>61</sup> R. de Moraes Soares, *Archivo Rural*, vol. cit., *Ibidem*.

Como sublinha Silbert o tratamento e aproveitamento de dados deve começar pelos já publicados (e impressos) por ser a maneira mais fácil e cómoda de se começar. Os Jornais, Gazetas e outras publicações periódicas podem servir de base para a colecta de boas séries. Nós próprios já estamos utilizando o jornal «A Aurora de Lima» onde são publicados os preços dos géneros e o seu comportamento semanal, não só para Viana como para os principais mercados do Alto Minho.

A utilização destas fontes de acesso mais fácil e mais cómodo, só nos servirá para épocas mais tardias e recentes. Chama-se desde já a atenção, porém, para a importância da sua utilização. Para além de um fácil e cómodo acesso revestem-se do maior interesse, quer por cobrirem inúmeras terras do país, quer por, circulando como folhas volantes, nos servirem como informes dos principais mercados. Constituíram, sem dúvida, um agente regulador muito importante, informando mais largamente vendedores e compradores dos preços e géneros nos principais centros e mercados, da mesma área, ou até de áreas afastadas. Assim acontece com o «Aurora do Lima» que frequentemente refere os preços dos mesmos géneros em Lisboa e no Porto <sup>62</sup>. Informando regularizam os próprios preços, apresentando-se como agentes normalizadores. Tendo presente que a sua circulação e divulgação aumenta e é paralela às maiores facilidades de deslocação e comunicação entre os mercados, poderemos através deles ambicionar uma visão geral dos preços a níveis mais vastos alargando, a sua representatividade e o seu significado à medida que o tempo decorre.

A construção de séries para tempos mais antigos torna-se mais difícil.

As próprias fontes são por vezes avaras e pouco mais permitem que a colecta de dados dispersos. Oliveira Marques refere até, que antes do século XVI os nossos arquivos nada possuem sobre os registos de compras e vendas efectuadas pelas instituições eclesiásticas ou para os mercados públicos. Apenas se conhecendo um livro de contabilidade respeitante ao Mosteiro de Alcobaça para o período de 1436-1441 <sup>63</sup>. Mais recentemente foi revelado um outro mais antigo para a Sé de Évora

---

<sup>62</sup> A par da «Aurora do Lima» outros mais amigos se poderão utilizar.

<sup>63</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, 1968, pp. 210-211. Cf. também *Preços* do mesmo autor em «Dic. História de Portugal», vol. IV, pp. 487-488. (Medieval). Para o século XVI, utiliza também o autor os dados referidos por Gaspar Frutuoso, nas «Saudades da Terra», para a Ilha de S. Miguel entre 1513 e 1589, in «Revista de Economia», vol. XIV, fasc. IV, Dezembro de 1962, pp. 263-266.

— 1340-1341<sup>64</sup>. Deste modo o estudo dos preços em Portugal para essas épocas mais recuadas — e não muito — como vemos — só poderá ser feito através de dados muito vagos e dispersos. Daqui resultará somente uma aproximação necessariamente grosseira da realidade, mas a única possível e mesmo assim, sem dúvida, muito útil e sempre susceptível de se ir aperfeiçoando desde que se vão acumulando e sistematizando os dados dispersos de que é possível, não obstante, ir lançando mão. A observação de Rodrigues de Brito, logo nos inícios do século XIX, continua, por isso, com plena actualidade<sup>65</sup>.

A partir do século XVI e sobretudo XVII é possível ir constituindo e estudando séries porque as fontes existem e nos possibilitam tal tarefa. Seja através dos registos dos preços camarários<sup>66</sup>, seja das grandes instituições religiosas ou de beneficência e, possivelmente, algumas grandes casas Senhoriais. Os livros de Receita e Despesa e Livros de Obras. Os preços para cobrança de Rendas das instituições religiosas ou laicas é outro dos meios de que nos poderemos servir e que vão aumentando de número e qualidade à medida que os tempos modernos decorrem. A empresa é gigantesca e só o trabalho em equipa poderá vir a dar saída condigna a tão grande tarefa mas imprescindível à nossa história económica.

As séries quanto mais antigas mais avaras são na gama de géneros referidos. Por todas estas dificuldades e por todos estes condicionaismos o pouco que há resume-se a dois ou três centros populacionais que podem ser considerados como os mais representativos mas que estamos em crer e pensar que não são, de modo algum, os suficientes para a visão conjunta da panorâmica nacional, até porque são ainda raros para grande parte da Época Moderna. Frédéric Mauro escrevendo por 1950 refere ter-se confiando à utilização de duas únicas séries até então conhe-

---

<sup>64</sup> Bernardo de V. e Sousa, Fernanda Silva e Nuno Monteiro, *O livro das despesas do Prioste do Cabido da Sê de Évora (1340-1341)* (Referindo também o artigo de H. B. Johnson «Les comptes d'un hôpital portugais, 1379-1383», inserto nos «Études Rurales», n.º 51 de 1973), in «Revista de História Económica e Social», n.º 9, Janeiro-Junho, 1982. Sá da Costa, Lisboa, 1982, pp. 91-143.

<sup>65</sup> Vide Supra notas 31, 32 e 35.

<sup>66</sup> Neste campo julgamos uma das medidas mais precoces, saídas de entidades públicas, as disposições decretadas pela Vereação Bracarense. Esta, na verdade, em princípios de 1651 ordenava «...quodesse hũ liuro p.<sup>a</sup> ficar em cartorio em poder do Escrivão da Camara no qual livro se assente o preço porque se vende o pão na alfândega E todos os meses se assente este preço no dito livro» (Arquivo da Câmara Municipal de Braga, Livro de Vereações, n.º 1 909, p. 192 v.).

cidas em Portugal a de Beja e Bragança e mesmo assim incompletas sobretudo a primeira<sup>67</sup>.

Os Tempos Modernos estão ainda assaz mal servidos, por estes dados os quais rareiam, aliás, para grandes extensões mesmo a nível europeu. Poucas são as que respeitam à realidade rural<sup>68</sup> — pois se têm confinado praticamente aos grandes centros comerciais. Há ainda a juntar que as séries que se conhecem, não cobrem a generalidade dos produtos continuando a faltar-nos séries sobre vários géneros alimentares — que não os cereais — e ainda outros, bem como salários, etc. de não menor relevância<sup>69</sup>.

Daí que pensemos que aos mercados interiores fique ainda um papel muito importante para a apreciação e comportamento dos preços do «hinterland» português mormente quando, para além do mercado em si, se pretende visionar, nas variações dos preços, os reflexos da produção em geral. Não desconhecemos, é certo, as opiniões, pelo menos reticentes que alguns autores apõem aos preços sob o prisma com que hoje aqui preferentemente os encaramos. Istvan Kiss, é por vezes um dos mais críticos sob este ponto de vista<sup>70</sup>. Não obstante sobretudo para determinados géneros vitais, de consumo obrigatório e imprescindível, como é o caso particular do pão, continuamos a manter uma opinião segura de que a sua componente na entrada e formação final do preço, é, dos mais determinantes, e em todo caso, de modo algum a pôr de parte. O Estádio da produção (sem esquecer embora o influxo dos outros conhecidos determinantes) terá, em nosso entender, uma parte fulcral na formação final do preço, mormente quando estamos próximos das áreas de produção. O trigo, isto é o pão, é durante o Antigo

<sup>67</sup> Frédéric Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVII Siècle (1570-1670). Étude économique*. Paris, 1960, p. 297: «Utilisons les deux seules séries de prix qui aient été jusqu'ici publiées». Para Bragança utiliza o autor os dados do Abade de Baçal e ainda o «Livro das Fianças e Acórdãos do Cabido de Miranda do Douro». Dos Açores utiliza ainda (além dos dados de E. do Canto, os registos municipais e da Misericórdia. Para a Madeira os Acórdãos Camarários do Funchal. Mauro apresenta ainda dados, (bastante dispersos e trunçados) referentes a vinhos (azeite e cera da Madeira) e açúcar, e ainda alguns outros, também dispersos, sobre o sal.

<sup>68</sup> Ruggiero Romano, *I Prezzi in Europa dal XII Secole a Oggi. Saggi di Storia Economica raccolti e presentati da Ruggiero Romano*. Torino, 1967, pp. XX-XL.

<sup>69</sup> Fernand Braudel, *Civilisation Matérielle et Capitalisme (XVI-XVIII Siècles)*. Rennes, 1967, t.I, pp. 78 e seguintes.

<sup>70</sup> Istvan N. Kiss, *Money, Prices, Values and Purchasing Power from the XVI to the XVIII Century*, in «The Journal of European Economic History», vol. 9, n.º 2, Fall, 1980, Roma, pp. 459-488. Vide também Slicher Van Bath, *The Agrarian History of Western Europe. 500-1850*. London. 1966. p. 118 e seg.

Regime (e não só) um «mal necessário» ao qual teremos inevitavelmente que atender quer sob o ponto de vista da produção como do consumo e dos preços<sup>71</sup>.

### III Em busca dos espaços e mercados nacionais

Vitorino Magalhães Godinho ao estudar os preços em Portugal divide a área geográfica-económica do País, no que a esta problemática concerne, em três grandes zonas:

1 — Zonas costeiras — ponteadas pelos principais centros populacionais, elos ligados ao comércio nacional e internacional, subsidiários, aliás, na sua quase totalidade, da actividade marítima; 2 — uma zona intermédia — entre as montanhas difíceis do interior e a orla marítima onde assentam cidades de feição industrial como são: Guimarães — (linhos e cutelarias); Covilhã (com os seus lanifícios); Coimbra (com as suas cerâmicas) ou centros interiores mas nós importantes do comércio que por vezes chegam a vastas áreas com a sua influência: (Évora, Santarém, Viseu); 3.º e finalmente, as cidades perdidas nas

---

<sup>71</sup> Jacques Mulliez, *Duble «malnécessaire». Reflexions sur les progrès de l'Agriculture de 1750-1850*, in «Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine», t. XXVI, Janvier-Mars, 1979, pp. 3-47. Emmanuel Le Roy Ladurie and Joseph Goy, *Tilke and Agrarian History from the Fourteenth to the Nineteenth Century*. Cambridge Un. Press/Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, Paris, 1982. p. 131. Wilhelm Abel, *Crises Agraires en Europe (XIII-XX<sup>e</sup> Siècle)*. Flammarion, Paris, p. 245. É evidente que para que haja correlações directas se terão que verificar condições muito específicas. Seria necessário—ao fim e ao cabo—eliminar todos os aspectos circunstanciais e exógenos que maculam a relação pura Oferta-Procura; se fosse possível sempre e para todos os géneros estabelecer, por seu turno, uma igual identidade entre Produção-Oferta. O que nem sequer é possível para todos os géneros agrícolas! (Veja-se o caso dos vinhos de fácil manipulação e que nada tem o ver com *produção* propriamente dita). Seria necessário, na verdade, exigir uma correlação *in vitro* a estas duas componentes! (Creio que nem G. King teria ido tão longe!) Todavia—negar uma correlação seria, em nosso entender, eliminar um dos mais poderosos factores (se não o maior) dos que entram na formação final dos preços (variável embora segundo os casos e as circunstâncias). Mais. Alguns dos factores «adulteramos» — púnhamos o caso da *stockagem* — poderão ser uma *ilusão* da produção. Nunca porem uma *miragem*. Manipulação na oferta mas a partir de uma Produção. Os efeitos nos preços são evidentes. Para a alta e para a baixa. Altera-se de facto uma correlação que se poderia pressupor directa. Mas isso é precisamente um dos fenómenos atinentes à *história* dos preços. Fenómeno económico mas também social nas suas causas e nas suas consequências a que a análise dos Preços deve e tem que estar atenta. E não se fala já nas analogias por todos confirmadas, nos movimentos médios e longos.

zonas montanhosas do interior e de feição arcaica como sejam Bragança e Guarda e, em parte, Braga <sup>72</sup>.

Escolhidos estes principais centros e preços — piloto de cada um deles, seria o bastante para o conhecimento da realidade Portuguesa.

É inquestionável que conhecidos os comportamentos de todos estes centros ficaríamos de posse de uma malha que seria grandemente representativa. Mas, infelizmente, não se conhecem ainda dados para todos eles. O conhecimento e estudo de outros mercados do interior, além dos mercados-chaves referidos, é porém, importante sob o nosso ponto de vista (preços-produção — e não só) e isto por alguns motivos que nos permitimos sublinhar.

Ter-se-ão mantido sempre essas áreas — geográfico-económicas inalteráveis, ao longo dos tempos? Sabemos que para os tempos Medievais não é totalmente coincidente este zebrado económico. Oliveira Marques também o refere reconhecendo a impossibilidade de se manter esse esquema à primeira vista claro e eficiente. Sublinha, por seu turno, dois pontos importantes para o esquema da formação dos preços medievais: as divisões administrativas e sobretudo — parece-nos— a determinação «de regiões produtoras e das linhas de comércio». Estas considerações levam também o autor a dividir o território igualmente em três grandes zonas, mas desta feita, diferentemente distribuídas: 1.º — Entre Douro e Minho, Beira e Trás-os-Montes, Comarcas bastando-se a si próprias e de pouca exportação, segundo o autor; 2.º — Estremadura (incluindo o Ribatejo) e Alentejo tendo como barómetros as cidades de Évora e Santarém áreas de maior produção e exportação; 3.º — Finalmente, Algarve (a que o autor junta Lisboa) sempre deficientes em trigo, importando constantemente das comarcas próximas ou do estrangeiro <sup>73</sup>.

Persistimos, porém, na nossa dúvida: estarão as áreas — geográfico— económicas e administrativas apontadas perfeitamente formadas e definidas de modo que possamos tomar os mercados — fronteira ali instalados como termómetros para toda a Época Moderna? Qual o verdadeiro papel das áreas de produção e dos mercados que as integram ainda no transcurso dos tempos Modernos? Parece-nos francamente que para todo este largo período que cobre praticamente todo o Antigo Regime teremos de ter em consideração essa dupla distribuição do território, sem que isso signifique qualquer solução de

<sup>72</sup> Vítocino Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies au Portugal (1750-1850)*, ed. cit., pág. 7.

<sup>73</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, ed. cit., pp. 212-213.

compromisso entre as duas posições (que na sua globalidade se aceitam)<sup>74</sup>.

Algumas razões, todavia, persistem a par de outros problemas que segundo cremos, nos obrigam a repensar, ao menos como hipótese de trabalho, o estado da questão visionando outras possíveis distribuições ou articulações do espaço (ou espaços) quanto a mercados. Primeiramente porque o nosso território nacional não se define apenas pela sua maior ou menor proximidade da orla marítima e dos respiradouros que nela existem. A essa estrutura do zebreado vertical — que é de facto um dos vectores determinantes — não pode esquecer-se a posição discordante de pelo menos 2/3 do nosso território altamente determinado pelos cursos de água que constróem áreas de produção bem definidas e linhas de comércio, circulação e transacção, também perfeitamente notórias que caracterizam os tempos da nossa economia medieval e pelo menos marcaram ainda profundamente os tempos modernos<sup>75</sup>, inutilizando por seu turno a malha administrativa, algumas vezes alterada, por seu turno, no transcurso deste lapso de tempo. Os cursos de água e as bacias por eles formadas são determinantes ainda para os tempos modernos quer no que respeita à produção e circulação — e por isso também queremos crer, quanto ao mecanismo por elas introduzido na formação dos preços. Mas não só. Elemento que se pode revelar importante, são as próprias tradições e costumes de vizinhança, que fizeram com que, terras relativamente próximas e afins se regulassem por critérios que pouco ou nada tinham a ver com a realidade efectiva dos seus mercados. Outras vezes terras relativamente afastadas, pertencentes a quadros geográficos diferentes, mas que umbilicalmente se articulam para a formação de determinados preços. Depois uma realidade nacional profundamente desarticulada, vivendo-se por todo o lado sob o signo inevitável da auto-suficiência. Finalmente (e sem esquecer outras questões que se poderiam reequacionar) um muito imperfeito conhecimento dos mercados interiores de segundo e terceiro

<sup>74</sup> Há outros que propõem outras áreas e regiões geográficas; «a divisão natural do, nosso território (diz o general Stockler) —define-se em três grandes rios, Minho, Douro Tejo e Guadiana, *que as limitão, franqueão e abstechem*, (in «O Investigador Portuguez», Londres, 1815, vol. XII, p. 20. Sublinhado nosso.

<sup>75</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura*, ed. cit., pp. 138-149. Humberto Baquero Moreno. *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal. A acção dos Almocreves no desenvolvimento das comunicações inter-regionais portuguesas has fim da Idade Média*, Lisboa, 1975. Por outro lado a «Regionalização» do país não se confinou historicamente apenas na divisão Administrativa mas foi uma realidade historico-cultural muito mais vasta.

planos, dos seus mecanismos de funcionamento e do seu real papel nos «circuitos» locais, regionais, inter-regionais e quiçá nacionais com diferenças assinaláveis ainda de produto para produto.

Os mercados-chave são importantíssimos quer na determinação das áreas económicas quer na formação dos preços<sup>76</sup>, e sob este ponto de vista são indelévelmente os pontos de vistas de Godinho e teremos naturalmente de lhes continuar a dar prioridade. Mas os mercados de segundo plano, à primeira vista secundários são também de insufismável utilidade, mormente quando perscrutamos os comportamentos das economias locais, regionais ou até inter-regionais onde as micro-economias assumem toda a relevância e interesse<sup>77</sup>. São estes, aliás os pequenos pontos que mais se aproximam dos locais de produção e que os animam. Essa relevância da observação e formação dos preços dentro destes quadros geográficos restritos é ainda mais evidente quanto é certo que as economias modernas se acham ainda fortemente condicionadas por este tipo de economias fechadas impostas pelas dificuldades de transporte e comunicação. A maior parte delas fora, inclusive do circuito monetário dos grandes centros, escapando, por conseguinte aos seus grandes influxos<sup>78</sup>. Labrousse, aliás, chama a atenção para o diferente comportamento dos mercados propriamente ditos e os centros produtores<sup>1</sup> «una zona di scambi puó dunque non essere una grandi zona di produzione»<sup>79</sup>. Pensamos nós que ao conhecimento dos preços aqui verificados terá de prestar-se toda atenção se alguma vez nos pre-

<sup>76</sup> Pierre Chaunu, *Le renversement de la tendance majeure des prix et des activités au XVIII<sup>e</sup> Siècle. Problèmes des faites et des Méthodes*, in «Studi in Onori di Amintore Fanfani». IV. Evo Moderno. Milano, 1962, p. 232.

<sup>77</sup> Marc Bloch, *Les Caractères Originaux de l'Histoire rurale française*, 3.<sup>o</sup>ed, Paris, 1968, t. I, pp. 160-161.

— R. Baehrel, *A proposito del prezzi economia e Storia*, in «Prezzi in Europa» .... ed. cit., pp. 551 e segs.

— Bernard Cazès, *La vie économique*. A. Colin, Paris, 1965, (3.<sup>o</sup> ed.) p. 8.

<sup>78</sup> São variados os autores que sublinham esta realidade. A título de síntese poder-se-á mais uma vez atender às palavras de Islyan Kiss: «It is an established fact that between the XVI and XVIII. centuries (em muitos pontos mesmo ainda durante o século XIX, como e o caso comprovado em muitos locais do Norte de Portugal — pelo menos de modo parcial) at least in Eastern Europe, most production and consumption took the form of direct exchange and auto-consumption without the use of money» (ob. cit., p. 461).

Nos inícios do Século XIX instrumentos de troca basilares como são as Letras de Câmbio, são ainda desconhecidas da esmagadora maioria dos mercados urbanos. Além de Lisboa e Porto a sua utilização quase se não faz ainda. (Cf. Luís da Veiga *Escola Mercantil*, Lisboa, IS03, p. 385).

<sup>79</sup> E. Labrousse, *Prezzi e estrutura regionale: il grano nelle regioni francesi dal 1782-1790*, in «I Prezzi in Europa...», ed. cit., p. 486.



tendermos acercar-nos da realidade agrária e campesina. Da posterior comparação da rede destes pequenos mercados, poderão ainda resultar aquisições de valor, como sejam concordâncias dos produtos locais, aparecimento e desaparecimento de certos produtos; determinação de linhas de comércio, facilidades ou não de escoamento de determinadas áreas; integração destas; alcabalas postas ou oneradas pelos transportes, perdas e ganhos para os comerciantes, suas repercussões. Possivelmente também pessoas ou grupos locais entregues ao comércio; importância de determinados produtos nas economias regionais e toda uma série de outros dados de interesse. Sobre este ponto de vista conviria aduzir ainda a disparidade notável de características que assistem aos mercados que reputamos mais importantes e já em parte conhecidos.

### 3.1. *O exemplo de Lisboa*

Púnhamos o caso lisboeta, por ser o mais flagrante e aquele que mais rapidamente se é levado tomar como representativo, quiçá de todo o campo nacional erigindo-o, os manuais muito correntemente, como o mais sintomático no conspecto do quadro económico nacional.

O facto de ser o grande centro populacional e de consumo projecta-o, sem dúvida, muito para além dos limites a que naturalmente se devia restringir. Mas: qual, o cereal que aí mais se consome? O trigo como se sabe. Mas, os milhos? os centeios, as cevadas? Jamais variou a posição relativa destes vários cereais na alimentação do alfacinha? A pergunta não nos parece descabida, passe embora a similitude de covariação que normalmente apresentam os preços dos cereais: Mas não esqueçamos que também apresentam discrepância. Serão elas sem significado? O exemplo lisboeta é precisamente um dos que nos parece que não!

Lisboa (e a diversos graus todas as populações marítimas da nossa orla costeira — ainda que algumas não tanto como se tem julgado) é um centro marítimo com extraordinárias facilidades de comunicação que em casos de escassês lhe propicia rapidamente um contacto com alguns fornecedores nacionais, mas sobretudo estrangeiros. O facto de ser um simples lugar de passagem obrigatória das embarcações mediterrânicas que rumam para as nações do Norte, ou das que das plagas do Norte descem para a bacia mediterrânea, e mais tarde das terras Americanas para o mediterrâneo e outras parte da Europa lhe possibilita um abastecimento fácil diria que, às vezes, quase obrigatório.

Tal posição atenua imenso o efeito das crises de alta, que aí surgem necessariamente esbatidas. E uni facto largamente observado em

todas as orlas marítimas da Europa que Hamilton há muito perfeitamente esquematizou para o caso espanhol<sup>80</sup>. Esses preços têm, pois, que ser observados com todo o cuidado sobretudo quando deles primariamente pretendemos extrair indicações precisas sobre o andamento da produção ou das suas variações. Os mercados marítimos pelo simples facto de o serem e ainda por se transformarem correntemente em lugares de escambo — para além de consumo — podem introduzir e introduzem frequentemente na formação dos preços um elemento altamente distorsivo para o qual chamou a atenção Tits — Dieuaide ao estudar os preços na Flandres e no Brabant no século XV<sup>81</sup>. O centro de consumo que é Lisboa, o centro de comércio que também o foi, é um desses casos típicos. As searas que mais frequentemente alimentavam Lisboa não estavam sobre terra firme mas sobre as plagas do oceano, não sobre a terra do Alentejo, ou do longínquo Noroeste ou Nordeste transmontano ou Beirão mas no bojo das embarcações que em épocas de carestia se acotovelavam nas bocas do rio mesmo que fosse incerto o seu lugar de origem. O que aconteceu entre 1763 e 1765 é altamente elucidativo: Estamos sobre um período de agravamento da situação agrícola e de escassês<sup>82</sup>. Pois nesse intervalo a afluência de trigos a Lisboa (que sempre acorrem e lugares de carestia em busca de preços compensadores) foi tal que nem armazéns houve que os pudesse recolher, nem o consumo ordinário lhe daria vazão correndo, incluso, o risco de se deteriorar. Daí o monarca ter dado autorização para o desvio para outros portos, como por exemplo Cádiz e Málaga<sup>83</sup>. Em 1765 a situação continua, estando o centro lisboeta, centro de consumo e centro de escambo, completamente saturado. Refere Freire de Oliveira que segundo testemunho dos comerciantes em menos de dois meses

<sup>80</sup> E. J. Hamilton, *War and Prices in Spain, 1651-1800*. Harvard University Press. Cambridge, 1947.

— Niçois Sanchez-Albornoz, *Espana hace un Sigla...*, ed. cil., pp. 37, 83-98 e segs.

— Jean Meuvrel, *La Géographie des prix des réels et les anciennes économies européennes: Prix méditerranéens, prix continentaux, prix atlantiques à la fin du XVII, siècle*, in «Revista de Economia», vol. IV, fase. II, Junho de 1951, pp. 63-69.

<sup>81</sup> Marie-Jeanne Tits-Dieuaide, *La Formation des Prix en Brabant et en Flandre au XV siècle*. Bruxelles, 1975.

— Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, ed. cit., t. XVII, p. 38.

— Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies au Portugal*, ed. cil., p. 153.

<sup>82</sup> Aurélio de Oliveira, *Abadia de Tibães, 1630/80-1813...*, ed. cit., vol. II — Situação conjuntural que pela primeira vez ali se traça.

<sup>83</sup> Eduardo Freire de Oliveira, ob. cit., t. XVI, p. 550.

teriam entrado no porto da Capital mais de 140 navios atulhados de trigo esperando-se a continuação das chegadas <sup>84</sup>.

Terá sido sem consequência, tal afluxo, nos preços? É evidente que não, e os efeitos fizeram-se sentir imediatamente. Do mesmo modo que os atrasos ou dificuldades de transporte pelo mar se faziam sentir rapidamente, accionando desta vez os preços no sentido da alta. Vandelli testemunha que uma simples desconfiança com o atraso de uma viagem por mar de que se esperava a chegada de cereais para Lisboa (por dificuldades ocasionais do mau tempo) accionou imediatamente os preços no mercado lisboeta <sup>85</sup> — completamente desligado do restante quadro nacional. Quer dizer: Lisboa é um mercado que espera mais sofregamente o ventre dos navios que entram no seu porto que as louras searas do Alentejo ou o auxílio das outras províncias que são apenas solicitadas se a carestia aperta demais e se do estrangeiro as mesmas remessas custam a chegar.

Rodrigues de Brito, ao findar o século XVIII refere expressamente — pelo certo com algum conhecimento de causa — que as searas alentejanas apenas podem fornecer Lisboa durante três meses a quatro meses de consumo normal, tendo Lisboa que socorrer-se de outras fontes e estas são sobretudo o recursos a países estrangeiros <sup>86</sup>. Asserção confirmada recentemente por Albert Silbert ao estudar as importações de trigo Terreiro do Trigo de Lisboa chegando à constatação de que a maioria do trigo vinha do estrangeiro. Encontrou para uma média calculada sobre as importações de 16 anos a percentagem de 71 % de grãos importados. Quer dizer, os 3/4 que Rodrigues de Brito assinalara <sup>87</sup>.

Mas, por outro lado, Acúrsio das Neves pelos anos vinte do século XIX refere que a real situação do país é bem outra marcando assinalável diferença com o que se passa em Lisboa. No que respeita ao consumo de pão Lisboa não pode tomar-se como estalão do que se passa a nível do país <sup>88</sup>. Também esta opinião de Acúrsio das Neves nos parece

---

<sup>84</sup> Eduardo Freire de Oliveira, ob. cit., t. XVII, pp. 45-46.

<sup>85</sup> Domingos Vandelli, Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas, in «Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa», Lisboa, 1789, C. I, p. 253.

<sup>86</sup> J. J. Rodrigues de Brito, Memórias Políticas sobre as verdadeiras bases das Nações e principalmente de Portugal. Lisboa, 1803-805, Memória IV, p. 63.

<sup>87</sup> Albert Silbert, Do Portugal Antigo Regime ao Portugal oitocentista, ed. cit., pp. 18-19.

<sup>88</sup> Acúrsio das Neves, Memória económica política sobre a liberdade de comércio dos grãos com a sua aplicação às ilhas dos Açores. Ano de 1800. Ed. de Guimarães, 1941.

— Memória sobre os meios de melhorar a Indústria Portuguesa, cad. de Ciência e Técnica Fiscal, Lisboa, 1964, pp. 28 e segs.

de atender e considerar. Lisboa não pode tomar-se como um termómetro de que se passa no país sobretudo a nível de produção, também de preços. Toda a região do Noroeste Português, Trás-os-Montes grandes partes das Beiras, até ao Ribatejo e Alentejo se podem considerar auto-suficientes em cereais, salvo em casos excepcionais. — Todavia, isso não pode merecer reparo, pois todas as regiões mesmo as mais pletóricas são tocadas por períodos de escassês ou dificuldades<sup>89</sup>. Note-se, porém, que nestas ocorrências mais graves é sempre ao Norte que se pede socorro. Quem percorre as actas da Câmara Lisboeta através dos Elementos de Freire de Oliveira ou os do Município Portuense verificará duas realidades: o país essencialmente consumidor constituído pelos grandes centros e o país geralmente autossuficiente, excedentário algumas vezes, embora deficitário em algumas ocorrências pontuais. O mesmo Acúrsio das Neves reputava, por isso,—constatando a afirmação dos que diziam necessitar Portugal de importação de pão para seis meses ou mais — que tal asserção não é correcta, e que em anos comuns não nos terá sido necessário importar para dois meses ou até menos<sup>90</sup>. Exagero também na afirmação de Acúrsio Neves? Talvez não excessivamente. Haveria ainda que anotar que essa média de dois meses se repartiria muito desigualmente pelas diversas áreas do país. Outros contemporâneos, vão seguramente no sentido da afirmação de Acúrsio das Neves<sup>91</sup>.

Uma das causas para esta distorção de comportamentos é constituída pelas dificuldades de comunicações inter-regionais fazendo com que cada localidade viva sobre si própria. Situação esta que se mantém até aos fins do Antigo Regime, e a qual só irá em parte, atenuar-se com a política de Fontes Pereira de Melo a partir dos meados do século XIX<sup>92</sup>.

---

<sup>89</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura*, ob. cit., pp. 213-243-244.

<sup>90</sup> Acúrsio das Neves, *Memória económica*, ed. cit., pp. 20-21. Nunca ninguém se lembrou de contabilizar o pão que sempre safa, transformado em biscoito e sobretudo farinhas. Mas isso e também outra realidade a tomar em devida consideração (Cf. Faria e Sousa, *Epítome de las Historias Portuguesas*. Madrid, 1628, cap. VIII). A. A morim, o b. cit. p. 57esegs.

<sup>91</sup> Thomaz Ribeiro, *História da Legislação Liberal*. Lisboa, 1899 t. II, p. 177. Luís da Veiga, (1803) refere até que os trigos do Além-Tejo e Estremadura «mantém oito mezes no anno os habitantes de Lisboa e seus contornos». (*Escola Mercantil*, ed. cit., p. 487).

<sup>92</sup> Isto para não dar muito crédito à versão transmitida por *Os Frades julgados no Tribuna! da Razão*, o qual reduz essas carências para cerca dos 30 dias na roda do ano (ed. de 1814, pp. 54-55 e 145-146).

Na verdade, Lisboa, e como ela outros centros costeiros e para estes com uma gravidade mais pesada do que frequentemente se tem pensado, e não obstante o seu extraordinário posicionamento geográfico, mantinham-se praticamente isolados de muitas terras do país se não mesmo incomunicáveis. Contribuiu tal situação para acentuar os desequilíbrios entre o país consumidor e o país produtor, já de si débil, e com reflexos fortíssimos nos preços praticados nos vários lugares perdidos da província e nos seus mercados. Nos fins do século XIX e princípios do século XIX, em que muitas dessas disparidades se acham já necessariamente muito (?) corrigidas Vieira da Rocha assinala que muitos dos géneros são vendidos nos mercados lisboetas a preços vinte vezes superiores aos praticados nos locais de origem!<sup>93</sup>,

Com facilidade se podem encontrar testemunhos das dificuldades de comunicação entre as várias terras da província e a capital, e entre umas localidades e outras, impeditivas, para além de outras, da fácil comunicação das gentes e dos produtos. É uma situação plenamente atestada ao longo de toda a Época Moderna e parte da Contemporânea<sup>04</sup>. Os efeitos sobre os preços e a produção de géneros agrícolas é por de mais evidente e várias vezes os povos se queixam desta deplorável situação. Tal fenómeno de isolamento proporciona uma visão fácil de escassez nas terras de Portugal continental, porque cada região ou localidade vive sobre si, alheia em parte ao que se passa ao seu redor, isolando os centros consumidores dos produtores. (Os frequentes rebates de escassês nestes, sobretudo nos maiores, criou a ideia fácil e imediata da escassês crónica e da incapacidade congénita produtiva da terra portuguesa sem lhe buscar as verdadeiras razões e fundamentos). Este factor isolamento ocasiona efeitos a dois níveis plenamente atestados; desequilíbrios nos preços dos produtos; factor de estagnação da produção agrícola, e em casos mais graves, abandono das próprias terras, se a essa causa se vêm a somar outras como sempre acontece<sup>95</sup>.

Na verdade, algumas terras produziam cereais em quantidade suficiente para seu abastecimento e até para além dessas necessidades. Simplesmente uma má política agrícola — que diga-se o que se disser

---

<sup>93</sup> Albino Vieira da Rocha. *Situação económica de Portugal. A alta de Preços*. Imprensa da Universidade, Coimbra, 1913. J. F. Henriques Nogueira. *Obra completa*. Ed. org. por A. C. Leal da Silva, II vol., Lisboa, 1976, p. 323.

<sup>94</sup> Veja-se, por exemplo, o testemunho de Henriques Nogueira, (Cf. ed. cit., pp. 320-323).

<sup>95</sup> Cf. por exemplo (aliás bem elucidativo) o *Manifesto das Contendas do Cabido da Sede Coimbra, com o Prior e moradores do Couto de Villa Nova de Monsarros*. Lisboa, 1815.

nunca vimos implantada em Portugal nem sequer nos tempos das intenções mais generosas — ajudou a impor aos campos a estagnação económica e o atraso social. É ainda Vandelli, e como ele muitos outros testemunhos se poderiam juntar, que refere pelos fins do século XVIII princípios de XIX que algumas comarcas e terras do reino poderiam produzir muito mais se não se vissem isoladas e condenadas à estagnação. Havia, com efeito, «comarcas e terras (que) por falta de consumo e extracção dos ditos produtos ficão estes a um preço tão módico que os lavradores são obrigados a restringir a cultura pouco mais que o necessário para o sustento dos habitantes ou deixar incultas as terras para pastos e gados, como sucede pelo Alentejo»<sup>96</sup>. Os cereais sobejavam assim em algumas terras mas as dificuldades de transportes e de ligações cumuladas por uma política de baixos preços nos mercados consumidores das orlas marítimas obrigavam à retracção das culturas, ou injectava os poucos excedentes nos circuitos insuficientes do contrabando. Isto passava-se nas regiões planas do Alentejo servidas, outros sim, por uma rede fluvial como em nenhuma outra região do País<sup>97</sup>. Mas a situação agrava-se à medida que se penetra nas regiões mais acidentadas do Centro e do Norte. Pode, pois, dizer-se que o maior incentivo à produção que é a pressão da procura se não fazia sentir, anemizada pelos preços fáceis da importação nos locais de fácil acesso e grande consumo. Os desequilíbrios regionais não deixavam, pois, de ser grandes, e a realidade nacional necessariamente muito fraccionada e desigual. Duas realidades surgem como inevitáveis: o ensimesmaneto das regiões económicas; a activação do contrabando mormente junto às fronteiras e, não raras vezes, o abandono das terras e das culturas sujeitas a taxas excessivas e para as quais se não verificam preços renumeradores. Os de mais posses irão, por isso, reverter logo que possível suas culturas abandonando os cereais causando por vezes sérios problemas em tempos em que a cultura do pão continua sendo «um mal necessário»<sup>98</sup>. Ainda no século XIX adiantado, em muitas localidades do país se deixam apodrecer os frutos agrícolas por

<sup>96</sup> Domingos Vandelli; *Memória sobre a Agricultura deste Reino e suas conquistas*, in «Memórias Económicas da AC. Real das Scienc. de Lisboa». Lisboa, 1789, t. I, p. 174. A expansão da criação de gados surge a esta luz não como um sintoma de progresso de uma nova agricultura mas como mais um sinal de bloqueamento estrutural. (A resposta a um bloqueamento, tal como a vinha).

<sup>97</sup> Amónio de Araújo Travassos, *Discurso Político sobre a agricultura particularmente a de Portugal escrito em 1792*, in «Annaes das Sciencias das Artes o das Letras», Paris, 1822, P. II, p. 32. Ainda: Moraes Soares, *Boletim Geral da Agricultura*, vol. I, PP- 52-68-69.

<sup>98</sup> Arq. Histórico da Câmara Municipal de Braga, Livr. de Vereações n.º 1925, p. 21 v.

falta de preços compensadores e das dificuldades de colocação dos géneros <sup>99</sup>. O panorama das terras do Norte é pois idêntico ou, quiçá, mais agravado ainda. As dificuldades de comunicação e de acesso aos grandes mercados é um dos maiores agentes de estagnação da terra agrícola portuguesa condenada a produzir sempre no limiar mínimo das exigências de consumo local e familiar, pressionando fortemente a emigração. Eis o que J. Fernando da Silva refere pelos princípios do século XIX para os lavradores do termo da Barca (Alto Minho): «Lavrão os homens as suas terras, *confiando-lhe só aquellas sementes que para a economia das suas famílias e consumo da povoação se se fazem necessárias*» <sup>100</sup>. Daqui toda uma gama de factores de instabilidade e insegurança económica e social das populações pois os preços chegam a ser tão ínfimos, por dificuldades de escoamento, nos anos de maior produção «que não pagam sequer as culturas; tais são as dificuldades que há para os enviar aos grandes Mercados» <sup>101</sup>. Situação tão dramática e tão deplorável quanto é certo que algumas áreas regionais dispunham efectivamente de inegáveis aptidões agrícolas. Encontrámos já para terras do Entre Douro e Minho para o Século XVII índices de rendimento por semente verdadeiramente lisonjeiros mesmo no conjunto da agricultura europeia melhor apetrechada. Podemos também afirmar que o mesmo se verificava para tempos anteriores em algumas áreas da mesma Região. Comprova-se de facto pelos princípios do Século XVI índices que têm que se considerar altíssimos (rendimentos médios de 1/7 nos trigos e centeios) que só raríssimas zonas da agricultura europeia mais bafejada conseguiam apresentar <sup>102</sup>.

<sup>99</sup> Arthur Lobo D'Ávila; *A protecção à agricultura e o commercio dos cereaes*. Lisboa, 1886, p. 60. O Reinado desta fatídica realidade estende-se infelizmente, sob outras modalidades, até aos nossos dias.

<sup>100</sup> Joze Fernando da Silva, *Projecto económico sobre o rio Lima armo*, (1801) A.D.B. Ms. N.º 632: Publicação de A. Norton em «Arquivo do Alto Minho» XXIV vol. 1979. (Viana, 1979). Generalizável a outras mais terras de Entre-Douro e Minho, como Viana por exemplo. Vide infra nota 105.

<sup>101</sup> Gomes de Amorim, *Viagem ao Minho* (1855) in «O Panorama», vol. XV, scg.º da da IV Série. Lisboa, 1858, p. 363.

<sup>102</sup> Aurélio de Oliveira. *Cantabilidades Monásticas e produção agrícola. Os Dízimos do Mosteiro de St.º Tirso, 1620-1820*, S.to Tirso, 1982.

— Cf. Também Constantino Botelho de Lacerda Lobo, *Viagem sobre a Agricultura da Província da Minho feita no anuo de 1789*, in «O Investigador Portuguez em Inglaterra», n.º 19, Londres, 1817, pp. 434, 444.

Eis a situação no alto Minho, pelos fins do século XVIII princípios do século XIX: Devido à, miséria muitos emigram para o Brasil, Porto, Lisboa e Espanha. Uns pela febre do ouro e a ganância do lucro fácil mas «outros do terror da miséria em que vivem e muitos

Destes estrangulamentos resultava como consequência inevitável a realidade e a manutenção de um mercado nacional profundamente desarticulado. Pulverizado em numerosos pequenos mercados locais ao circuito dos quais se confina a quase totalidade, se não mesmo a totalidade, da actividade mercantil, desta feita, não apenas dos géneros agrícolas como também dos manufacturados.

No que respeita à «pequena» geografia dos preços em Portugal teremos, pois, de considerar as diversas variantes subjacentes às quais devemos equacionar a grande divisão de Portugal Moderno e parte do Contemporâneo: o país-consumidor, largamente insuficiente o país-produtor, perdido no isolamento plano das planícies alentejanas, escondido no enrugamento das pequenas bacias do Centro e do Norte. Este último, largamente autossuficiente produzindo geralmente para todo o ano (no que concordaríamos com Acúrsio das Neves e aliás outros contemporâneos, fornecendo alguns excedentes para exportação para fora das áreas de produção — e isto com uma frequência maior do que se tem julgado — sem que isso constituísse, é certo, e tal como na Idade Média um fenómeno sistemático <sup>103</sup> por falta de uma notória articulação produção-consumo mas, mesmo assim, muito importante quanto a nós e para tomar na devida consideração. A realidade que mais de perto temos estudado atesta-nos uma maior frequência nas saídas do que nas entradas de grãos. Um país extremamente sensível às diminuições da produção, vivendo sob o espectro constante da crise que continua a ter nos campos o seu quadro predilecto e mais trágico pelas dificuldades de abastecimento que impedem o seu fácil e pronto socorro — o que pelo geral não acontece nas populações das orlas marítimas. País que vive, por conseguinte, no constante limiar

desgostosos dos despotismos com elles praticados por alguns principais da Vila (Barca — mas a situação é generalizável a outras áreas) a. respeito da cultura das terras, sem paga, da retenção dos salários, das usurpações claras das transplantações coactas das árvores e sementes debaixo de ameaças e sugestões reprovadas que eles impõem» pelo que passam a outras províncias ficando só os velhos e menos aptos e não pela esterilidade das terras. (J. Fernando da Silva ed. cit. p. 66, sublinhado nosso).

Nossos ainda: *A Abadia de Tibães, 1630-1680*, Porto, 1974 e *A Abadia de Tibães, 1630/80-1813. Propriedade. Produção e exploração agrícola*. Porto, 1979. Agradecemos à Dr. Marta da Conceição Falcão Ferreira, dados amavelmente cedidos para os inícios do Século XVI.

<sup>103</sup> A. H. de Oliveira Marques, ob. cit., Nem, em boa verdade, seria de esperar outro comportamento,, por parte das pequenas células produtivas, cujo ideal máximo, até pelas imposições a que estava sujeito, era o da simples autossuficiência, e o das células consumidores, o do aprovisionamento barato e fácil. O campo português não produzia para um mercado. Mas para as meras exigências do consumo local. Dal o carácter não sistemático



mínimo de produção, impossibilitado em grande parte de armazenar os seus poucos excedentes, face a clima adverso, como é pela grande parte toda a região do centro e norte marítimos, e impossibilidade de exportar, até para o mercado interno, por toda uma peia de estruturas de todo o género e de toda a espécie, enormemente bloqueadoras de progresso da terra portuguesa das suas gentes.

Semelhante situação é válida para toda a Idade Moderna se não mesmo Contemporânea sem que qualquer política agrícola digna de tal nome lhe tivesse ido em socorro no sentido da correcção da deficiente estrutura fundiária, produtiva ou de comercialização, mesmo que não declaradamente proteccionistas. O ideal da auto-suficiência teria, pois, que impor-se como mais um dos corolários inevitáveis, indiferentemente das possibilidades de produção <sup>104</sup>, constantemente divorciado do factor mercado. O grande centro lisboeta, por exemplo, em vez de funcionar como agente de solicitação e expansão agiu por culpa própria e por deficiências estruturais como um enorme factor de bloqueamento. O isolamento de Lisboa, diria Ayala a meados do século XIX, é o grande factor de estagnação da terra portuguesa <sup>105</sup>. Razões exógenas que pouco ou nada têm a ver com a incapacidade (dita) congénita de as gentes do campo fazerem produzir a terra para as necessidades básicas nacionais ou contumaz atraso cultural muitas vezes referido como outra das causas. Epítetos com que alguns «teólogos» frequentemente etiquetam injustamente semelhante situação.

De todas estas circunstâncias resulta para o homem produtor uma situação constantemente difícil, quase sempre aflitiva, e sob a total dependência dos factores naturais. Daí também a verdade da afirmação de que o lavrador português se progride é por instinto» <sup>106</sup> e nada mais, totalmente esmagado pelas condições materiais e sacrificado pela política dos «pequenos» interesses urbanos <sup>107</sup>. Na verdade, os favores

---

das saídas, perfeitamente arbitrário e esporádico. Não porque isso não fosse um estimulante intrínseco da produção mas por outros motivos perfeitamente estranhos à mesma (vide infra nota 144).

<sup>104</sup> Nicolas Sanchez-Albornoz, ob. cit., pp. 41 e segs.

<sup>105</sup> Dom José de Aldama Ayala, *Compendio Geográfico estadístico de Portugal*, Lisboa, 1815, p. 99.

<sup>106</sup> Gomes de Amorim, *Viagem ao Minho*, in «O Panorama», Lisboa, 1858, vol. XV, 2.º, 4.ª série, p. 370.

<sup>107</sup> «La falta de comercialización favorecía una explotación ineficiente de la tierra y dificultaba la introducción de los avances tecnológicos» (Josep Fontana, *La Quiebra de la monarquía absoluta. DE 1814-1820*. Ariel, Barcelona, 1978, 3.º ed., pp. 56-57).

aqui foram deliberada e intencionalmente para os aglomerados urbanos, ou para-urbanos, sede dos estratos altos e médios da sociedade, de uma burguesia mercantil encostada aos favores do Estado, algumas vezes parasitários, e outras incapazes de impor nos mercados externos os seus produtos, mas que sempre era necessário alimentar a baixos preços. Necessidades mais arriscadas ainda para as populações mais desfavorecidas ali atraídas e às quais o fornecimento de géneros alimentares a baixos preços era vital, sacrificando por estas vias e de qualquer modo toda a terra portuguesa<sup>108</sup>.

Em qualquer dos casos, e para além de importações esporádicas (que sempre acontecem neste quadro económico) teremos de ter presente que mesmo esta difícil estrutura da Província é larguissimamente auto-suficiente, não sendo ela responsável, pelos volumes que se conhecem das importações salvo, como dissemos, em casos menos correntes. Soares de Barros assinala-o mais uma vez com evidência:... «he preciso observar — sublinha — que os homens das Províncias d'Entre-Douro e Minho, Beira e Trás-os-Montes e ainda um grande número dos da Extremadura que são mais de dois terços da população se sustentão de milho e não costumão concorrer para aquele gasto» (de importação)<sup>109</sup>».

Para uma conveniente apreciação deste problema, ontem como hoje, seria bom distinguir capacidades produtivas, condições de produção e política de precedências ou de interesses que têm afectado gravemente, por vezes, a produção global {com todas as inevitáveis consequências} quer a nível regional quer a nível nacional<sup>110</sup>.

Retenhamos, por conseguinte que, em nosso entender, se importa, sem dúvida, conhecer o comportamento dos grandes centros consumi-

<sup>108</sup> Para Jean de Vries foi essa rigidez dos preços (tabelados por baixo) imposta pela Coroa, a causadora e o grande factor de queda da produção cerealífera em Espanha. Cf., *The Economy of Europe an Age of Crisis, 1600-1750*. Cambridge Univ. Press. Cambridge, 1980, p. 48. Cf., ainda António de Oliveira, ob. cit., vol. II, p. 123. Numerosas disposições Camarárias dos centros da Região se poderiam aqui aduzir, confirmando a persistência dessa política. Vide nosso trabalho, a sair brevemente *Municipalismo e integração económica, Braga e Guimarães*, na 1.ª metade do século XVII.

<sup>109</sup> J. J. Soares de Barros, *Memória sobre as causas da diferente população de Portugal...*, in «M. E. da Ac. R. das Sc. de Lisboa», Lisboa, t. II, 1989. O mesmo referirá Luís de Veiga (ob. cit., p. 492).

<sup>110</sup> «Revista Económica», Lisboa, 1846, N.º 11, vol. I, pp. 161-163. Idem, n.º 8, p. 115.

Acúrsio das Neves, ob. cit., pp. 164-165.

A. Lodo d'Ávila, ob. cit., p. 125.

dores, o papel e a importância dos centros regionais mais próximos dos locais de produção será fundamental, sobretudo se através dos preços procuramos também acercar-nos da realidade da produção da terra portuguesa. Ainda nos inícios do século XX localidades relativamente próximas e com facilidades de comunicação, apresentam fortes diferenças nos preços praticados <sup>111</sup>. Esse conhecimento não é sem consequências nem é de desprezar, como claramente afirma Albert Silbert em relação a Lisboa: «nous sommes en présence d'un marché typiquement maritime. En assurant la régularité des importations on assurait, du moins le croyait-on, celle des prix <sup>112</sup>.

### 3.2. *Outros centros. O Porto*

E no que respeita a outros centros? Conheceremos ao menos suficientemente a sua posição quer como locais de consumo e produção quer como nós da pequena rede comercial portuguesa? Cremos que ainda não. Assim sucede, por exemplo, em relação ao Porto o maior respiradouro de todo o Noroeste e Nordeste português e ainda parte das Beiras, quer no que respeita a Braga o maior centro interior de área que estudamos <sup>112\*</sup>. Ume outro, a níveis diferentes, importantes centros, de escambo ou passagem na rede comercial, um dos quais, o Porto participa ainda de forma muito acentuada da rede internacional, à qual se ligava activamente, sobretudo no enfiamento daquela que vindo do Norte la terminar em Lisboa. Braga, por seu turno, participa ainda intensamente desse comércio pela sua excepcional posição estratégica, sendo um ponto intermediário importante entre os respiradouros marítimos que lhe ficam mais próximos e as terras altas do interior servindo praticamente todas as terras transmontanas e até da circumposta Galiza. Ora estes nós interiores são importantes pois é através deles que circula todo o comércio interno de cereais, de certa importância, aliás, percorridas por pequenos comissários que por conta própria ou por delegação dos grossistas sobretudo dos grandes centros como Lisboa e Porto que os animam: «L'intensivité variable de la productivité céréalière dans

---

<sup>111</sup> Cincinato da Costa e D. Luiz de Castro, *Le Portugal au point de vue agricole*. Lisbonne, 1900, p. 603.

<sup>112</sup> Albert Silbert. *Contribution à l'étude du mouvement du prix des céréales à Lisbonne (du milieu du 18.º au milieu du 19.º - Siècle)*, Estudos de Economia, in «Revista de Economia», Lisboa, 1953, vol. VI, p. 70.

<sup>112\*</sup> Texto introdutório de: *Demografia e preços agrícolas no vale do Cávado durante o Antigo Regime*, (Cf. nota 55).

les divers régions provoquent une dislocation considérable dans l'intérieur du pays. De la un commerce intérieur relativement important qui bien que dans les mains d'un petit nombre de negociants pour la plupart concentres à Lisbonne et Porto ont des commissaires et des agents sur les points de la surabondant production et de la plus absorbante consommation»<sup>113</sup>. O próprio comércio interno é de certa monta e movimenta muitos interesses só à conta dos cereais por esses pequenos centros espalhados pelo país<sup>114</sup> em que os Rendeiros constituíram os agentes mais importantes em toda esta vasta região<sup>115</sup>, movimentando por vezes grossas somas de dinheiro. O Porto encravado na região Norte e drenando as terras circunvizinhas até distâncias muito grandes que às vezes atingiam as terras da Estremadura<sup>116</sup> foi ao longo dos tempos um centro importante de consumo, alcandorado à segunda posição logo no século XVII, ainda que a enorme distância de Lisboa<sup>117</sup> e, sobretudo, um centro comercial importante desde longa data no trato ou passagem de cereais.

Não cabe no âmbito do presente busquejo determinar a sua exacta posição nestes dois domínios mas desde já adiantamos que nos parece ter tido um grande papel no trato de cereais durante toda a Época Moderna, quer por constituir já um centro populacional razoável, quer por alimentar no seu porto o mais importante trato interno de cereal drenando-o ou introduzindo-o em épocas de carestia nas terras até onde alargava a sua influência, quer ainda por ser um ponto de escala quase obrigatório na passagem de cereais que demandavam as terras do Sul. Essa linha internacional fosse ela de origem mediterrânica, fosse principalmente dos mares do Norte tocava quase sempre três pontos obrigatórios: Vigo, Porto, Lisboa ou vice versa. Quer isto dizer que nem todo o cereal entrado no Porto e registado nos livros de Visitas ou nos outros livros da Câmara, como era obrigatório, se destinava ao consumo exclusivo do Porto ou das terras do Norte, mas seguia

<sup>113</sup> Cincinato da Costa e D. Luiz; de Castro, *Le Portugal au point de vue agricole*, ed. cit., p. 603.

<sup>114</sup> Cf. por exemplo: G. H. Cidade do Porto, *Liv. de Vereações*, n.º 59, p. 372; Liv. 60, p. 698; Liv. n.º 62, p. 606.

<sup>115</sup> Gab. Hist. da Cidade do Porto, Liv. n.ºs 62-68. Passim, Liv. n.º 76, p. 390.

<sup>116</sup> Magalhães Basto, *O Porto de ontem e de hoje na vida económica nacional*, in «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», Junho, 1938, Fase. II, Porto, 1938, p. 286.

<sup>117</sup> Aurélio de Oliveira e J. J. Garcia Lombardero, *Alguns dados em tonto das relações económicas entre o Porto — sua região — e a Galiza na Época Moderna, sécs. XVII-XVIII*, Porto, 1978.

outros destinos, escoando-se posteriormente para as terras do Sul principalmente Lisboa. Os Livros de Visita de Saúde têm, pois, neste particular, de ser observados com cautela e cuidados, pois conforme expressamente refere a Vereação portuense por aqui passava muita quantidade de «pão de fora para diversas províncias deste Reino»<sup>119</sup>, muito do qual era comprado «para tornar a vender» e fazia escala no mercado portuense<sup>9</sup>, onde, aliás, enxameava um número muito elevado de mercadores grossistas, alguns portugueses mas a maioria estrangeiros: holandeses, ingleses, franceses, galegos e também portugueses embora estes em menor escala<sup>120</sup>. O Porto creditava-se já durante a primeira metade do século XVII como um portante interposto de cereal. Em 1628 levantava-se aqui um Terreiro do Pão «...porcoãto nesta cidade não havia cítio publico donde se pudesse medir o pão livremente». O trato do pão envolveu muita gente e avultados interesses já na primeira metade deste século<sup>121</sup>. Mas não apenas para o mercado portuense. Muitos grãos chegavam aos portos nacionais para posteriormente seguirem para as terras de Castela<sup>122</sup> Caminhos que parece terem-se tornado mais habituais durante a União Dinástica<sup>123</sup> (o que pode iludir também alguma desta realidade).

É dentro desta perspectiva que devem ser entendidas algumas medidas que a Câmara quis adoptarem anos de mais apertada carestia em que sobre os grãos se precipitavam todas as atenções. Uma delas foi a construção de um Terreiro de Trigo para sua venda e a construção de uma Casa do Pão ou Celeito Comum para o qual deviam entrar todos os grãos não podendo ser negociados fora da sua alçada. Os comerciantes e outros particulares interessados reagiram desfavoravelmente, dando-nos conta dos interesses aí envolvidos e ao mesmo tempo denotando que o Porto mais que centro de consumo o era de escambo e troca. (Para além do mais estamos numa época de apertada carestia

<sup>118</sup> Idcm.

<sup>119</sup> G. H. da Cidade do Porto, *Liv. de Vereações*, n.º 60, p. 84v; N.º 63, pp. 73v-73v.

<sup>120</sup> Idem, Liv. n.º 66, p. 381v; Liv. n.º 68, pp. 84-85; Liv. n.º 83, p. 31v; n.º 85, pp. 336v-337 e outros livros de Vereação da Câmara do Porto, cit., Passim. — Cf., também Aurélio de Oliveira e Jaime Garcia Lombardcro, ob. cit.

<sup>121</sup> Idem, Liv. n.º 46, pp. 291, 297-298, 323v; Liv. n.º 43, pp. 315v, 324v, 325; Liv. n.º 44, pp. 10v-11v, 95v, etc, Liv. n.º 47, pp. 242-242v., 257v, 294-295.

<sup>122</sup> Manuel Severim de Faria, *Discursos Vários Políticos*. Évora, 1624, p. 15.

<sup>123</sup> Aurélio de Oliveira e J. Garcia Lombardcro. Alguns dados em Torno das relações económicas entre o Porto - sua região e a Galha - na Época Moderna (versão em espanhol — alongada — a sair brevemente).

por todas as terras do Reino, como são geralmente os três primeiros lustros do século XVIII).

Em 13 de Novembro de 1706 manda a vereação convocar todo o povo da cidade para juntos deliberarem sobre a questão que se havia posto:... «para hauer de ir todo o pão o Celeiro que está feito na lameda extra Muros da ditta cidade para nelle se vender...». Houve discussão e apresentação de prós e contras. Procedendo-se finalmente *k* votação se verificou uniformidade na decisão: «E logo votando a nobreza e povo que se achou prezente todos uniformemente sem decrepancia algũa votarão que de nenhũa sorte era conveniente que se estabelecesse Celeiro publico pêra ao fim de nelle se recolher o pão dos lavradores, Rendeiros ou particulares ficando privados na liberdade de vender de que sempre uzarão em qualquer parte da cidade ou fora delia donde lhe parecer e q antes nella devião ser conservados...» Que o Celeiro servisse, finalmente e tão só, para o recebimento do pão das terças, onde, por conseguinte, a população poderia optar pela compra<sup>124</sup>. Parece-nos que estamos perante um centro em que os problemas de abastecimento à cidade se não punham, pelo geral, a não ser em período de manifesta escassês. O abastecimento da cidade fazia-se normalmente à custa das terras a ela circumpostas, sem necessidade de haver um mercado público regulador como sucedia em Lisboa. Parece poder inferir-se viverem as terras do Norte muito mais à custa das suas próprias produções, sem necessidade de se estrangular em demasia o comércio dos grãos, à custa dos quais vivia aliás uma numerosa classe de rendeiros arrematantes de dízimos e outras rendas. Outras pessoas se lhes juntavam nos mesmos interesses e para os quais o mercado público obrigatório representava estrangulamento. Optam então claramente pela possibilidade de poder continuar a transaccionar livremente os seus excedentes, na cidade, fora dela ou onde muito bem entendessem, reservando-se a «casa do pão» para armazenagem das terças (que já de si era entrave sério à comercialização e circulação dos géneros agrícolas).<sup>124\*</sup>

A este propósito o Porto é bem mais um mercado representativo nacional que o lisboeta, constantemente assobervado com problemas de abastecimento, em parte motivado pelo estrangulamento do mercado do Terreiro do Trigo, bom para o consumidor lisboeta onde

<sup>124</sup>G. H. da Cidade do Porto, *Liv. das Vereações*, n.º 66, pp. 288 e 335 v. É evidente que para tempos anteriores havia um lugar privilegiado para a transação dos grãos — *O terreiro* da Ribeira. Todavia, existiam ainda muitas outras «logeas» espalhadas pela cidade.

<sup>124\*</sup> Cf., v. g., o que se passa para 1614 (e outros). *Liv. Vereações*. Passim.

comprava a mais baixo preço e onde chegavam os grãos estrangeiros em condições concorrenciais que a agricultura portuguesa mal podia suportar. Pelos fins do século XVIII a reforma do Terreiro Público de trigo (—em 1777-79—) parece ter agravado ainda mais todos esses condicionalismos<sup>125</sup>. Não admira, por isso, que os trigos da região só em parte aí sejam introduzidos fugindo os produtores à colocação dos seus grãos no Terreiro<sup>126</sup>. O Terreiro de Lisboa, deu azo à organização de um feroz e importante contrabando envolvendo nacionais e estrangeiros, pequenos e grandes comerciantes como a própria edildade se vê obrigada a confessar, nele entrando todo o género de pessoas (de conivência ou não com as medeiras). A Câmara refere que nesse «sujo negócio estavam introduzidas no presente tempo os «miseráveis habitadores dos povos vizinhos» mas aí se «vêem compreendidos ainda os negociantes de mais bem respeitada probidade»<sup>127</sup>.

Lisboa transformara-se por conseguinte, mais num mercado voltado para os cereais estrangeiros, (e onde «corriam» negócios ou «negociatas» que nada tinham a ver com a produção nacional) Na verdade, sempre se atendia essencialmente ao fornecimento de pão a bom preço para os íncolas da capital (extensivo, aliás, a outros maiores centros de consumo protegidos a este propósito por toda uma rede de posturas). É evidente que, sobretudo na capital, todo o género de interesses se juntava para agravar tal situação não sendo de esquecer os interesses dos grossistas estrangeiros que aí enxameavam—como eram sobretudo os ingleses, que afinal acabavam por dominar todo o mercado atenta a importância decisiva de Lisboa.

Castro Sarmiento ao propor um *Plano de Reforma* para esse mercado refere expressamente a manipulação em torno do mesmo. Tendo observado os Mapas do andamento do mercado durante dez anos, verificaria, entre outras coisas, que os registos de importações de cereais do Reino não ultrapassava nos melhores anos, incluindo as Ilhas mais de 24 000 moios. Mas assevera o autor que «os excedentes das Províncias, e Ilhas (excedentes, como dissemos obtidos nas piores condições) importados para esta capital, podem montar nos anos de huma colheita ordinária a 35 000 moios de trigo, 8 000 de milho, 3 000 de cevada e 1 000 de centeio» podendo subir tais cotas de mais 1/3 nos «anos pro-

<sup>125</sup> Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, ed. cit., T. XVII, pp. 601-617.

<sup>126</sup> Rodrigues de Brito, *Memórias políticas...*, ed. cit., *Memória IV*, p. 49.

<sup>127</sup> Eduardo F. de Oliveira, ob. cit., T. XVII, p. 608. E isto não certamente a favor da produção nacional.

«dutivos»<sup>128</sup> — (outra confirmação às observações de R. de Brito e Acúrsio das Neves).

A política do pão barato para este grande centro (como, aliás, para outros em semelhantes circunstâncias) resultava em última análise de pouco benefício para si mesmos: na constante dependência do grão estrangeiro de tal modo que o seu Terreiro principal se parecia ter transformado mais «num mercado para os cereais estrangeiros que hum ponto de apoio para os da nossa colheita nacional»<sup>129</sup> que deste modo se via em inúmeras dificuldades para introduzir os seus frutos a preços compensadores, face aos preços mais acessíveis a que os estrangeiros conseguiam mercadejar os seus grãos<sup>130</sup>. Em consequência, sempre tinha que recorrer a edilidade, na eminência de qualquer baixa, ao «trigo do mar» ou, sob qualquer sinal de crise, a constantes pedidos e requisições às províncias do Reino. Surgiram assim, não sem alguma frequência, crises artificiais ou então empoladas, em ocasiões de manifesto aperto. Facto igualmente a ponderar com rigor e precisão, quer no mecanismo dos preços quer na determinação do seu agravamento em situações difíceis<sup>131</sup>.

As regiões do Norte muitas vezes ao longo dos tempos que estudamos, para isso foram solicitadas e mesmo em épocas de crise para ali conseguiam sempre mandar algum pão. O Porto era a principal boca do funil por onde se esvaziavam os grãos de toda a vasta região Nortenha, para tanto concorrendo a sua posição privilegiada.

O Porto nunca foi uma região isolada, antes ligou todo o seu destino a uma íntima complementaridade com as terras circunvizinhas. Desde sempre, mas sobretudo desde os finais da Idade Média que uma rede de caminhos, grandemente auxiliados pelo Douro, o ligam às

<sup>128</sup> António de Castro Moraes Sarmiento, *Plano sobre o melhoramento da agricultura em Portugal*, Lisboa, 1821, p. 6.

<sup>129</sup> António de Castro Moraes Sarmiento, *ob. cit.*, p. 1. Esta desleal concorrência fez com que os lavradores, no testemunho da «Gazeta de Agricultura» cultivassem apenas o suficiente para satisfação das suas rendas. (*Gazeta de Agricultura*, vol. II, p. 59).

<sup>130</sup> José Acúrsio das Neves, *Memória sobre os meios de melhorar a industria portuguesa considerada nos seus diferentes ramos*. Lisboa, 1820.

<sup>131</sup> Repare-se, por exemplo no que sucedeu na crise de 1699 — por sinal numa verdadeira situação de dificuldades generalizadas: O Pio em Braga escasseia e o seu preço atinge valores inoportáveis. Dada a possibilidade (pelo Arcebispo) para a venda livre do pão, este aparece, e atenua-se imediatamente a situação de alia ajudando a esbater a crise. (Cf. Manoel da Silva Thedim. *Memórias de Braga*, p. 75. Ms. B. P.M. Braga). Muitos outros exemplos, quiçá ainda mais paradigmáticos — se poderiam juntar. Crises atificiais ou crises agravadas suo fenómenos, por isso, muito frequentes.



terras do interior, com as quais vive em consonância. Se Lisboa vive essencialmente e se alimenta do pão estrangeiro o Porto alimenta-se e vive preferencialmente dos excedentes das terras circunvizinhas. A intensidade das ligações e as movimentações de gentes e mercadorias nos caminhos que conduziam para o Porto e do Porto para o interior animam-se e avolumam-se no decurso dos tempos modernos e ganham vulto com o crescimento notório da cidade mormente a partir dos inícios do século XVIII. Desde a Idade Média aos Tempos Modernos que almocreves e outros comerciantes a dorso de muares, em barcas, carros de bois ou por outra via se vêm obrigados a meter na cidade os produtos do interior entre eles, cereais, a troco dos géneros da costa que pretendem levar de retorno como se infere de numerosos acórdãos camarários. Assim lhe chegam os cereais para consumo, ou para o seu comércio, se sobejam. Frequentes vezes assim aconteceu. Nos anos normais as terras do termo bastavam mas se a escassês apertava, as terras afastadas prestavam o seu concurso. Desde os tempos medievais que de todo o Entre-Douro e Minho, Trás-os-Montes e Beiras lhe chegam esses e outros géneros ou por ali passam <sup>132</sup> mormente das duas últimas regiões, já que no Minho existem outros respiradores marítimos, onde seria de destacar Viana do Castelo e Vila do Conde que servem também de modo muito eficaz a região. Numerosas referências a esse cordão umbilical por onde circulam os grãos se encontram ao longo dos tempos.

Em anos de escassês o cereal vinha-lhe de Trás-os-Montes descendo o Douro. Recorria-se então com frequência às Comarcas da Beira e «Tralhos montes». Em 1567 confessa a Cidade em ano de aperto que não tinha outro senão aquele que lhe vinha das «comarcas de Tralos Montes e Beira» (e algum que lhe vinha de fora do Reino)<sup>133</sup>. Se a carestia apertava também as terras do interior, inevitavelmente a cidade sofria os seus efeitos recorrendo-se então à importação. O contrário, era, porém, a situação mais corrente. Este panorama — que nos parece francamente positivo — mantém-se ao longo de toda a Época Moderna salvo algumas situações que inegavelmente existiram <sup>134</sup>.

<sup>132</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura*, ed. cit., p. 142.

— Magalhães Basto, *ob. cit.*, p. 286.

<sup>133</sup> António Cruz, *Algumas observações sobre a vida económica e social da cidade do Porto nas vésperas de Akâcer-Quibir. Vono*, 1967, pp. 105, 108, 110-111, 115 e segs. (123).

<sup>134</sup> Aurélio de Oliveira e J. Garcia Lombardero, *Alguns dados em torno das relações económicas entre o Porto — sua região e a Galiza na Época Moderna*. Porto, 1979, p. 26. Cf. notas 135 (para o século XVII).

Estes factos nos têm convencido ter sido o Porto um mercado de cereais de interesse, quer porque encravado numa zona importante ainda que, por ora, muito imperfeitamente conhecida a este propósito, quer por ter constituído um elo saliente de um trato cerealífero que se utilizava do seu porto e de outras estradas de penetração.

Com renovada convicção nos permitimos chamar a atenção para a necessidade de estudo das terras do Norte (e não só) em ordem a clarificar a sua real posição no circuito dos cereais, quer como zonas auto-abastecidas como me parecem surgir na sua esmagadora maioria ao longo da Época Moderna (e não só) quer como áreas produtoras de excedentes lançados nos circuitos do comércio interno e até externo — ainda que mais raramente mas, mesmo assim, algumas vezes atestado.

Não quer dizer que com isto contestemos a ideia assente da endémica carência do país em grãos que em algumas épocas se acentuou, e que em períodos de crise declarada se agravou extraordinariamente aumentando os canais da importação. Referimos que uma das causas fundamentais desta situação se deve à debilidade de volume de produção bruta, que mercê de uma deficiente estrutura fundiária, produtiva e comercial a Norte e a Sul do País cumuladas por uma gama de causas que não importa nem cabe aqui analisar. A produção andou sempre, pelo geral, no limiar mínimo da auto-suficiência da Província. Os centros mais populosos ressentiam-se inevitavelmente desta débil situação, nada tendo feito, porém, para a corrigir, aliás, antes a agravando<sup>135</sup>. Em consequência o seu abastecimento só podia fazer-se recorrendo a importações em volumes onerosos para todo o país, enquanto por alguns recantos deste mesmo país se deixavam muitas vezes apodrecer os frutos e se abandonavam as terras de cereal por falta de preços compensadores, por falta de procura. Outras vezes trocando o cultivo do cereal por géneros mais rendosos como foi o caso da vinha, da fruticultura, da horticultura e do gado — facto patente desde o último quarto do século XVIII e também durante a Época Moderna<sup>136</sup>. Tendo isto ora jogando só ora em consonância com outras causas igualmente graves contribuído para um bloqueamento global.

<sup>135</sup> Actuando tantas vezes negativamente sobre os preços. G. H. da Cidade do Porto, *Liv. das Vereações* n.º 46, pp. 57-57v.

<sup>136</sup> António Hienriques Silveira, *Racional Discurso sobre a agricultura e a População da Província do Alentejo*, in «Memórias Económicas da Ac. R. das Sciencias de Lisboa». Lisboa, 1970, t. I, p.p 78-87.

Cf. também J. Soares de Barros, *Memória sobre o conhecimento das qualidades da terra... e outras reflexões relativas à Agricultura*, in «Memória Económicas. Ac. R. Sc. de Lisboa», 1812, t. IV, p. 147.

Sempre nos habituamos a tomar a capital por termómetro de todo o país e a sujeitar ao seu capricho todo o comportamento da terra portuguesa não só no que respeita a consumos como também no que respeita a comportamentos. Ao longo dos tempos se deram conta os mais avisados dos prejuízos e inconveniências de tal fenómeno recreminando-o. «Lisboa he hoje (princípios do século XIX) cabeça muito maior e enormemente desproporcionada ao corpo hipertrofiando todo o conjunto»<sup>137</sup>. Observações que infelizmente nunca conduziram a alterações significativas.

Não é de modo algum correcto avaliar as necessidades e capacidades do país pelas da capital, erro para o qual, no que respeita ao consumo de cereais já chamara a atenção Acúrsio das Neves e que Morais Sarmiento confirma por seu termo: em anos normais a Província produzida para si e poderia aprontar para a capital um excedente considerável<sup>138</sup>. Também Aldama, o confessa cumulando, aliás, o testemunho de outros autores: em anos comuns o país produz o suficiente para suas necessidades<sup>139</sup>. Também neste particular os interesses da capital ou ali sediados funcionaram quase sempre sistematicamente em completa desarticulação com os interesses e situação geral do país<sup>140</sup>.

Mais uma vez, qual a exacta situação do país no que respeita à produção ou às suas potencialidades produtivas? Eis mais uma das questões em que poderiam ocupar-se alguns dos «robts» da nossa praça fazedores de frases feitas que nada adiantam ao conhecimento real do país de ontem como de hoje. Não importa papaguear lugares comuns. Necessário sim indagar da real dimensão dos males. Buscar-lhes as causas e os motivos. (E é que, na verdade, uma boa dose de previsão do futuro assenta no real conhecimento do passado).

Não cabe nesta chamada de atenção para a necessidade de estudos monográficos sobre os pequenos quadros destas localidades provincianas referirmos a importância e relevância que a região do Entre-Douro e

---

<sup>137</sup> Vandelli; ob. cit., p. 174.

<sup>138</sup> José Acúrsio das Neves, *Memória sobre os meios de melhor a Indústria Portuguesa*. Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal, Lisboa, 1964, p. 29.

Félix de Avelar Brotero, *Reflexões sobre a Agricultura sobre seu amigo e presente estado*, Io «Memórias da Academia Real das Sciencias», t. IV, 1.ª parte, Lisboa, 1815, p. 87.

<sup>139</sup> Don José Aldama Ayala, *Compendio Geografico-estadístico de Portugal*. Madrid, 1815, p.99.

<sup>140</sup> Sempre assim aconteceu. Mas para o que se passa nos fins do século XIX. Cf. o sugestivo e importante trabalho de Jaime Reis, *A «Lei da Fome»: as origens do proteccionismo cerealifero (1889-1914)*, in «Análise Social», vol. XV (60), 1979, 4.º, pp. 754-55; 760.

Minho foram dadas no contexto de aprontar excedentes para socorro de outras terras ao longo dos tempos modernos (para não falar nos tempos medievais)<sup>141</sup>. Esta região deixou sair frequentemente os grãos para outras zonas ou outros centros consumidores do país.

O ponto actual dos nossos conhecimentos permite-nos afirmar, que ao longo da época que presentemente nos ocupa isso sucede com uma frequência muito regular sempre que a crise ou a sua eminência se abatia preferentemente lá pelas bandas de Lisboa ou do Sul. Se os rebates eram graves todo o país era atingido e nada havia a fazer havendo que importar. Mas essas crises são «normais» pode dizer-se e todos os países mesmo os tidos como grandes produtores, e celeiros de exportação, (para além das crises regionais que sempre surgem também). A esta realidade, que atinge as regiões mais pletóricas há ainda que cumular outra realidade normalmente verificada: mesmo em áreas produtoras os centros além das duas, três dezenas de milhar de habitantes têm normalmente que socorrer-se de grãos fora da sua área de produção<sup>142</sup>. Realidades numéricas desta grandeza obrigam já correntemente e importações. Nestes dois casos, não ia, a terra portuguesa constituir excepção. Para além da alimentação deste comercio interno, ainda sobejavam algumas vezes alguns excedentes para exportação<sup>143</sup>. Será de manter (?) a observação de Oliveira Marques, ao consignar que para os séculos XIII, XIV, «jamais registou características de regularidade, jamais correspondeu a necessidades intrínsecas da produção do país e sempre deparou com a resistência firme dos povos<sup>144</sup>. (Entenda-se, todavia, por «povos» os

<sup>141</sup> A. A. de Oliveira Marques, *Introdução a História da Agricultura...*, ed. cit., pp. 139-278.

— Frédéric Mauro, *I.e Portugal et l'Attantique...*, ed. cit., p. 295. Nos fins do século XVIII (1800) a média de exportação só de mais do Porto e só para Lisboa era da ordem das 25 a 30 000 fanegas (cerca de 100 a 120 000 alqueires) D. José Carnide, *Estado de Portugal en el ano de 1800*, «Memorial Histórico Espanol», T. XXVI, Madrid, 1893, p. 186.

<sup>142</sup> Por estas e outras razões, que concernem à natureza da produção agrícola característica do Antigo Regime o ideal da produção agrícola era a satisfação do consumo local, e não a produção para o mercado. (Cf. Nicolás Sanchez-Albornoz, *Espana hace un siglo: una economia dual*. Madrid, 1977, p. 14. Ainda Slicher Van Bath, *La Productivité agricole. Les problèmes fondamentaux de la société pré-industrielle en Europe Occidentale*, in «Troisième Conférence International d'Histoire Économique. Munich, 1965». Paris, 1968, vol. II, PP- 23-30.

<sup>143</sup> Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães e o seu domínio...*, ed. cit., p. 310.

<sup>144</sup> A. H. de Oliveira Marques, ob. cit., p. 168. Aceitamos sem reservas a primeira afirmação; constatamos a última. Deitamos seríssimas reservas u segunda, não só para a Idade Média como sobretudo para os tempos posteriores. Não se pode de facto confundir «necessidades» intrínsecas» com bloqueamentos estruturais «impostos». Vide infra ex. da nota 154.

representantes das cidades e dos interesses ali concentrados que assim visavam o aprovisionamento barato em grãos nacionais ou o recurso a importações em situação vantajosa). Nesta perspectiva idêntica asserção é de manter para os séculos posteriores praticamente para todo o país<sup>144</sup>. As queixas continuavam a aparecer em Cortes contra a exportação e as vereações das cidades do reino deixaram-nos um acervo considerável de lamentações, avisos e prelecções contra tal exportação. Mas ela existiu mais ou menos clandestina, mais ou menos pressionada por factores mais extrínsecos que intrínsecos conforme muito bem sublinha Adriano da Costa «lamentavelmente só havemos de exportar... quando o tivermos e a necessidade la fora for muito grande»<sup>145</sup>.

Anotemos ainda que no que respeita a importação conviria algumas vezes não ligar de imediato a presença de carestia ou insuficiência generalizada.

Ocorreu com frequência, (pelo menos até ao século XVI, e possivelmente ainda em tempos ulteriores) que alguns privilegiados de Reino, importavam grãos estrangeiros, porque os obtinham livres nas alfândegas. Não necessariamente só por causa da melhor qualidade. Traficavam depois com eles ou com os próprios metendo na bolsa os excedentes. Na verdade, a meados do século XVI confessa o monarca a presença desta realidade. Ordena providências contra uma ilegal situação que se espalhava até nesta zona de Entre-Douro-Minho sobre tal comércio ilícito e lesivo dos seus direitos régios. Por quanto se confessa «emformado q m. tas p. as q tem privilegios q lhe forão dados pelos reis meus anteceçores e por ml cõfirmados p.<sup>a</sup> não pagarẽ diz.<sup>a</sup> ã minhas alf.<sup>as</sup> das cousas q mandarẽ trazer elles trazer (sic) de fora do reino p.<sup>a</sup> suas necessidades uso das p.<sup>as</sup> de suas casas tendo no reino trigo seu da e outras cousas mandão trazer de fora do reino outras cousas da mesma calidade das q no reyno tem asy pelas mandarẽ la comprar como por as terẽ la de suas nouidades e rendas e gastam essas q mandam trazer e uẽdem as q no reino tem de suas nouidades e rendas»<sup>146</sup>. Tal costume como referimos parece ter-se prolongado pelos tempos posteriores, a avaliar pelas queixas contínuas das Câmaras<sup>147</sup> e das constantes proibições legais que sucessivamente se mantêm nas ordenações do Rei-

---

<sup>145</sup> C. Adriano da Costa, *O contrabando de cereais em Portugal*, Lisboa, 1855. Vide nota supra.

<sup>146</sup> B. P. M. do Porto. Ms. inédito de que faremos em breve publicações.

<sup>147</sup> A. H. da Cidade do Porto, *Liv. de Vereações*, n.º 46, pp. 57-57 v.

no mostrando a continuação do abuso e a conseqüente necessidade de lhe pôr cobro <sup>148</sup>.

Bem sabemos que no que respeita a exportação — como também às importações — seria necessário não se ficar apenas pela simples referência, já de si útil mas essencialmente quantificar os volumes a que se deveria juntar ainda os montantes escoados pelos caminhos sempre intensos e por vezes desenfreados do contrabando <sup>149</sup>.

Não restará dúvida a ninguém (e a nós também) que o fenómeno mais sistematicamente conhecido e referido é o da nossa crónica insuficiência em cereais, o da importação desmesurada e por vezes assustadora de grãos ao longo de todas as épocas da nossa História <sup>150</sup>. Todavia, tais saídas aconteciam indiferentes por vezes às situações de carência ou dificuldades internas e não foi de modo algum raro entrar cereal pelos respiradouros marítimos (de Lisboa e Porto (sobretudo), Setúbal ou Aveiro) ao mesmo tempo que subrepticamente outro se escoava através da raia seca para o outro lado da fronteira ou cruzando-se mesmo nos portos!

Frei Francisco de S. Luís afirma, conhecendo pelo certo uma realidade com a qual estava em íntimo contacto, e numa altura extraordinariamente difícil como foi a primeira quinzena do século XIX, que se escoavam grãos, em quantidades pelos «portos da Galiza» enquanto o caudal de importação se avolumava peio Sul <sup>151</sup>. Mas noutras conjunturas isso aconteceu como provamos para a década 1660-70, data em que dos celeiros da Abadia de Tibães alguns carregamentos de cereal foram despachados também para a fronteira da Galiza <sup>152</sup>. Novamente numa altura em que continuam a entrar cereais em Lisboa, fomos surpreender a cedência de grãos, desta feita pelo Município Portuense que foi em socorro de algumas povoações da vizinha Galiza

<sup>148</sup> José Anastácio de Figueiredo. *Sinopsis Chronologica*, Lisboa, 1790, t. II, pp. 21-63.

— *Ordenações e leis do Reino de Portugal Recopiladas per mandado del rei D. Filipe o Primeiro*, Coimbra, 1833. 10.<sup>a</sup> ed., t. III, pp. 338-340.

*Ordenações e Leys do Ryno de Portugal, confirmadas e estabelecidas elo Senhor Rey D. João IV e agora impressas por manddo do muyto alto e poderoso Rey D. João V*- Lisboa, 1727, t. III pp. 365-370.

<sup>149</sup> Cf. Miguel de Bulhões, *A Fazenda Pública de Portugal*. Lisboa, 1884, p. 62.

<sup>150</sup> A. H. de Oliveira Marques, ob. cit.

— Henrique de Barros, *O Problema do Trigo*. Lisboa, 1944, 3.<sup>a</sup> ed., pp. 112-124.

<sup>151</sup> Cf. Também *Gazeia e Lisboa*, Lisboa, 1812. Ano de 1812, pp. 58-59.

<sup>152</sup> Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães e seu doínio*, ed. cit., pp. 218-229 (e respectivas notas) e p. 310, nota.

fornecendo-lhes cereal. Assim sucedeu em 1620, ano em que foi oferecido às povoações de Pontevedra dois mil alqueiras ficando ainda na cidade «m.ta cantidade de pão»<sup>153</sup>. Novamente volta a acontecer em anos posteriores, e em tempos bem difíceis segundo tudo leva a crer quando se observam as posturas da Câmara do Porto. Desta feita porém o cereal escoava-se pela via clandestina, fugindo aos preços taxados da cidade pois muitos géneros e entre eles o pão eram vendidos «em muito menor preço do quecomumente ualião» e assim muitos aproveitavam para levar para casa excedentes sem deles ter precisão imediata, vendendo-o e traficando com ele! E muitos «pedião mais do que aquião mister pêra suas cazas por ser em preço tão excessivamente moderado, que mandauão uender o que lhe sobeiuua ficando com interesse» daí resultando «serem os pouos e lugares daquela comarqua m.to opremidos pelos eisesos que se cometião pellos menistros E officiaes da dicta cidaze do porto»<sup>154</sup>.

Política urbana, atenta apenas aos seus interesses imediatos. Pão barato para cidades parece ter sido o lema durante toda a época Moderna (e Contemporânea) sacrificando o real interesse das populações ruarais<sup>155</sup>, às quais só ficavam três caminhos possíveis: introduzir excedentes nos circuitos de contrabando; (mas este, de facto, não pode ser tomado como um activador «intrínseco» da produção!), produzir exclusivamente para a sua subsistência; abandono das terras quando os encargos, como acontecia, não permitiam arrecadar qualquer lucro, ou sequer prover às necessidades imediatas. A partir de determinada altura a fuga das próprias populações que tomam o rumo da emigração. Fenómenos que isoladamente ou em consonância, se verifica e constata acontecerem com estranha frequência.

Tal política cidadina foi a longo prazo prejudicial. Aos mínimos rebates de carestia os grãos desapareciam, por caminhos escusos em busca dos melhores preços. Situação sempre difícil e totalmente aleatória para a produção. Em ocorrências mais graves logo as difi-

<sup>153</sup> Aurélio de Oliveira, *Oferta de pão-Ponte Vedra em 1620*, Sep. da Revista «Bracara Augusta», I. XXX. fase. 6 (81), 1976, Braga, 1976.

<sup>154</sup> G. H. da Cidade do Porto, *Liv. das Vereações*, n.º 6, pp. 57-57v. Mais uma situação falsa de carência. Importação, preços baratos, existência de cereal na terra!

<sup>155</sup> Domingos Vandelli, *Memória sobre a preferêcia que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fabricas*, in «Memórias da Ac. R. das Sc. de Lisboa», Lisboa, 1789, t. I, p. 215«...para que as cidades e villas tenham (sempre) os géneros baratos...«è a linha mestra da legislação comercial...».

— Também cf. *Liv. das Vereações do Porto*. Liv. n.º 68, pp. 31-31v. Vide supra notas 13 e 103\*.

culdades de abastecimento subiam havendo necessidade de redobrar de vigilância. Aqui na cidade do Porto houve algumas vezes que acautelar esses interesses afim de evitar o desvio e a saída de pão que frequentemente se verificava <sup>156</sup>. É assim que se observa em tempos posteriores àquela queixa uma sangria de grãos da cidade e seu termo a maior parte dos quais era metido nas terras da Galiza conforme apura a Vereação na sua reunião de 8 de Abril 1628: «E logo na ditta camara o procurador da cidade cõ os procuradores do pouo foi f.ta lembr.<sup>a</sup> que o pao de oito dias a esta parte encarecera no terreiro de maneira que valendo a sete uinieis ualia oie a dous tostoos E a honze uinteis o que acontecia pella grande seca que se fasia do pão de termo p.<sup>a</sup> o reino da Galiza P.<sup>as</sup> comarcas de uianna e ponte de lima.» <sup>157</sup>. «E que requerião a elle iuis e ureadores mandase pouer enforma que o pouo não peressese detrimto e não uiese a faltar o pão nesta cidade como se receaua E uisto pello iuis e ureadores asentarão que o alcaide cõ hũ escrinão do iuiso hordinario fosẽ pello termo e soubese do pao q auia ẽ poder dos rendeiros obrigando-os a q o de clarasẽ periuramento e q autuasẽ as declarasois q fizesẽ q fariao asinar per elles e lhes notificarião com pena de duzentos cruzados e dous annos de degredo p. africa que tragão a esta cidade a tersa parte de todo o pao que tiverem pẽra o uenderem nella e que as duas tersas não uendão pera fora desta cidade e seus termos sob a ditta pena e dese auer por elles todo o danno e perda q resultar pella falta e carestia de pão» <sup>158</sup>.

De forma mais ou menos intensa, em volumes mais ou menos consideráveis este fenómeno parece ter-se repetido com estranha frequência ora injectando algum (pouco pelo certo) nos circuitos externos ora enviando-o sobretudo para as terras do Sul: Lisboa, Setúbal, Sezimbra, e Algarve algumas vezes <sup>160</sup>. Tanto o Porto como Viana do Castelo são dos lugares de maior saída. Movimentos atestados quer para os séculos XV e XVI, (altura em que se regista ali passagem de cereal vindo das regiões do Minho <sup>161</sup>

<sup>156</sup> Idem. *Liv. das Vereações* n.º 46, p. 137.

<sup>157</sup> Comarcas que normalmente se abasteciam e exportavam mesmo. O refúgio nestas paragens linha, pois, um destino certo: O contrabando e a exportação clandestina: para a Galiza, ou via-Galiza.

<sup>158</sup> G. H- da Cidade do Porto, *Liv. das Vereações*, n.º 66, pp. 259v-260.

<sup>159</sup> G. H. da Cidade do Porto, *Liv. das Vereações*, n.º 60, pp. 97-97v.

<sup>160</sup> G.H. da Cidade do Porto. *Livros de Vereações*, n.º 60, p. 372; *Livros de Vereações*, n.º 76, p. 390; *Idem*, n.º 77, p. 39v; 44v; 54v, 85; N.º 85, p. 25, etc.

<sup>161</sup> Aurélio de Oliveira, *Abadia de Tibães 1630-1680...*, ed. cit., p. 30.



quer para os tempos posteriores, como já tivemos ocasião de verificar<sup>162</sup>.

O aprovisionamento do Porto fazia-se em anos normais nas terras que lhe ficavam mais próximas, em todo o seu concelho: Couto de S. Pedro da Cova, Rio Tinto, Campanhã, Arrifana e Aguiar de Sousa; Penafiel, Paço de Sousa, Couto de Cete, Bostelo, Ambos os Rios, Loris, Ferreira, honras de Frasão e Barbosa; lugares de Matosinhos, Paranhos, Azurara, Alfena, Maia, Francemil, Negrelos, Leça, Vila Nova, Vila do Conde, Baliado de Leça, Avelada, Alfena, Valongo, Gondomar, Bougado, S. Tirso, Gaia, Couto de Pedroso, etc<sup>163</sup>. Se as necessidades cresciam alongava-se a procura a terras mais afastadas como as de Barcelos e seu termo, Ponte de Lima, Braga e Guimarães donde porvinham, aliás, alguns dos grãos que frequentemente saíam pela barra do Douro em anos «normais». (As terras de Barcelos constituíam, aliás, um autêntico celeiro no coração do Minho). Finalmente se recorria, em tempos de maior aperto, às terras do interior<sup>164</sup>. Assim eram solicitadas as terras das Comarcas de Miranda, Torre de Moncorvo, Vila Real, Vila Flor, Bragança e ainda Pinhel, Lamego, Viseu. Comarcas de Cima Côa descendo até Castelo Branco<sup>165</sup>. Só em situações particularmente graves ele subia, Douro — acima, para as terras do interior. Muito raramente disso encontramos notícia, (sendo de recordar, pela sua gravidade o que ocorreu em fins do século XVII (1695) e sobretudo em princípios do XVIII, (em 1705) como ainda fins do século XVIII, princípios do XIX<sup>166</sup>.

Dado o relativo afastamento da costa, sinais mais frequentes e violentos de crise seriam, por seu turno, de esperar nos Centros do inte-

<sup>162</sup> Quer para o Século XVIII quer para o Século XIX. Cf. *Liv. de Vereações da Cidade do Porto*, Liv. n.º85, pp. 10lv; 109, 111v-115; 116v-164; 172v.

— Cf. *A Aurora do Lima*, N.ºs 1 (15-12-1855) a 986 (14-7-1862) altura em que suspendemos o busquejo — busqueje que prossegue para os tempos posteriores.

A. W. Costigan, *Cartas de Portugal, 1778-79*, vol. II, pp. 62-63.

Cf. ainda dados da *Gazeta de Agricultura e Comercio de Portugal* e até o *Jornal de Coimbra* (n.ºs posteriores ao 18.º — Julho de 1813).

<sup>163</sup> G. H. da Cidade do Porto, *Liv. de Vereações* n.º 60, p. 372; N.º 61, pp. 70-72; *Liv.* (64, p.631; N.º68, pp. 12v-48, 60; *Liv.* N.º77, p. 31, 34v, 39v e *Liv de Vereações*, N.º 68, p. 51.

<sup>164</sup> G.H.da Cidade do Porto, *Livros de Vereação*, n.º90, pp.68,68v,69v,73v, 185, 187v.

<sup>165</sup> C. H. da Cidade do Porto, *Livros de Vereações* n.º 64, pp. 624v; 628; 629v; 632.

<sup>166</sup> G. H. da Cidade do Porto, *Liv. das Vereações* n.º 66. Março de 1705: Ao Procurador da cidade «lhe veio a noticia q pelo Rio Douro asima se tem e ha conduzido m.<sup>to</sup> pão do qual algũ hia corrupto e podre e que nesta Cid.<sup>e</sup> se achau m.<sup>to</sup> p.<sup>a</sup> conduzir que estaua da mesma sorte...». O mesmo sucedera mais esporadicamente em 1695. (*Liv. de Vereações*, n.º 64, p. 26, como voltará a acontecer em 1729. Cf. *Liv. de Vereações*, n.º 74, p. 32v).

rior como Braga e Guimarães, Barcelos e Ponte de Lima sem dúvida os mais importantes dentro desta zona. Ora na verdade, salvo novamente casos muitos esporádicos e ocasionais raramente assim acontece. Poderíamos lembrar para Braga a gravíssima situação de 1769-70 em que D. José de Bragança tem que mandar vir expressamente para fazer face à crise, carregamentos de pão do estrangeiro<sup>167</sup>. Há rebates de crise e crises efetivas, sem dúvida, tendo inclusive em Braga e Guimarães algumas dado origem a motins e alvoroços, que em outra circunstância nos não-de merecer tratamento especial. Todavia, em algumas delas, continua sendo verificada a fuga e saída de cereais. Dai os problemas. Poderíamos juntar ainda outros testemunhos como o verificado na linha do Minho em cima de nova crise grave como foi a dos fins do século XVII (1699) em que o cereal, não obstante as assinaláveis dificuldades substituía clandestinamente o vinho nos tonéis para poder sair até ao mar!<sup>168</sup>. O respigar destas situações só na zona do Entre Douro e Minho daria um acervo considerável destes dados. Descessário para já e na presente circunstância, proceder a tal tarefa. O que fica nos basta para adiantarmos que, na verdade, toda esta situação requer um estudo mais aprofundado das micro-regiões sejam do Norte ou outras e dos caminhos e sentidos percorridos pelo seu cereal, isto é dos pequenos mercados. Na verdade, a imagem que mais frequentemente se é levado a reter pode não ser a mais correta. Há seguramente no Norte um movimento contraditório de cereal que se cruza frequentemente nos portos da região. Na barra do Douro, mas algumas vezes também na de Viana, juntando ainda Soares Franco ao referir-se a esta situação pelos fins do século XVIII, a de Aveiro e a da Figueira que servia as Beiras. Seria necessário ainda juntar, como sublinha o mesmo autor o que entrava, às vezes em abundância, pelas terras fronteiriças<sup>169</sup>. {Não resistimos, porém, a sublinhar mais uma vez que ainda no período aduzido por este autor e em consonância com as entradas, se estava

<sup>167</sup> Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães 1630/80-1813*. ed. cit., vol. H, passim.

<sup>168</sup> Vereação de 6 de Maio de 1699 «acordaram que por ler noticia que nas pipas que iam para Caminha e outras parles em barcos, muitas delas iam cheias de pão, do que resultava muilo prejuízo deste povo e para se evitar este dano acordaram que passasse mandatos para que todos os barqueiros fossem notificados para que nenhum carregasse ou embarcasse pipa alguma sem primeiro ser Vareada e vista por ordem da justiça para examinar se leva pão ou não (L/v. dos Acórdãos de Monção do ano de 1699, cit. por J. G. Gomes, *Para a pequena História de Monção*, «Arquivo do Alfo Minho» 1980).

<sup>169</sup> Soares Franco, *Diccionario de Agricultura*. Coimbra, 1804-6, p. IX não refere, todavia, esta Província. Muito saia, porém, do Minho e em grande quantidade para a Galiza, ainda pelos finais do século XVIII e princípios do século XIX.

verificando a saída de cereal, por exemplo, pela Barra do Lima<sup>170</sup>).

Saber dos volumes destas entradas e saídas eis um ponto fundamental a esclarecer bem como da sua frequência: sistemática ou episódica e ocasional? Finalmente das causas e determinantes que motivavam estes movimentos, à primeira vista contraditórios<sup>171</sup>.

Esse estudo nos possibilitará o verdadeiro conhecimento da situação no que respeita a produção e consumo; a verdadeira posição dos centros do Norte, e não só, no que respeita a consumos e circulação, situações essas indispensáveis para o estudo dos preços em Portugal a fim de que se possa finalmente estabelecer uma Geografia dos mesmos, bem como da própria circulação e destino do cereal e a natureza dos mercados, sua estrutura e dos respectivos fluxos que neles se verificam.

### 3.3. Braga (e outros) ao Norte do Douro

Mas deixemos o Porto e subamos um pouco mais para o Norte e para o interior e atentamos na região de Braga que hoje temos a possibilidade de observar mais de perto (Tibães dista apenas cinco quilómetros da cidade dos Arcebispos e as terras da Abadia espalhavam-se por toda a área do Vale do Cávado dominado pela cidade)<sup>172</sup>.

No que respeita ao esquema da Geografia os preços traçados por Magalhães Godinho para o Portugal Continental, Braga surge-nos como uma cidade já na verdade metida no interior, praticamente equiparada à Guarda e Bragança<sup>173</sup>. Asserção da qual, como hipótese de trabalho, em grande parte vamos discordar.

Braga assume posição de relevo, cravada no centro do Minho, no meio de terras sempre tradicionalmente férteis. Braga fecha a montante o extenso e largo vale do Cávado pegando com as muito férteis

---

<sup>170</sup> Cf. ainda para tempos pouco anteriores: A. W. Costigan, *Carias de Portugal 1778-79*, vol. II, pp. 62-63. Como para tempos posteriores os informes de «Aurora do Lima» e do «O Jornal de Coimbra». Vide supra nota 162. Também o Livro da Alfândega de Viana (Livros das Sisas-Saídas) n.º 1 a 15 (anos de 1752 a 1834) atesta igual fenómeno, particularmente importante para os portos do Reino. (Informação recolhida para trabalho de Seminário de História de Portugal por Ivo Domingus e Filomena Gonçalo).

<sup>171</sup> J. Fontana, *La Quiebra de la Monarquía Absoluta*, (ed.cit., p. 278) refere a mesma realidade para Espanha, à primeira vista contraditória.

<sup>172</sup> Lembramos que o presente trabalho se destinava a integrar à guisa de Introdução, um 3.º volume (em 1979) da nossa lese de Doutoramento sobre a *Propriedade. Produção e Exploração agrícolas no Vale do Cávado durante O Amigo Regime*. (Domínios da Abadia de Tibães).

<sup>173</sup> Vitorino de Magalhães Godinho, *Introdução à História Económica*, ed. cit., p. 117.

terras de Barcelos e seu termo e de todo o Vale do Cávado. Apresenta saídas para o mar relativamente fáceis. Por tal motivo já as suas terras e a cidade foram incluídas na faixa costeira, não pela sua posição directa sobre a linha da costa mas pelas intensas influências que com ela mantém e dela recebe. Braga (e a sua região) está na mesma faixa litoral do qual igualmente fazem parte os distritos de Viana, (Braga), Porto, Aveiro e Coimbra <sup>174</sup>. Já também Duarte Nunes de Leão (fins do século XVI princípios do XVII) reparava nessa boa articulação para o comércio e produtos bracarenses <sup>175</sup>.

Esta inter-conexão foi crescendo naturalmente no decurso da Época Moderna, ainda que não tanto como desejaríamos os seus habitantes. Por isso, algumas vezes, e sempre que lhes eram pedidas novas taxas e imposições, os bracarenses se queixassem da sua pobreza que resultava em grande parte do seu posicionamento geográfico. Assim que a solicitações do governo Central para comparticipação na Companhia de Comércio, tenham respondido em 1625 ser pobre a cidade e termo por «não aver comercio e cõtratos por estar (a cidade) metida no certão» <sup>176</sup>, onde, por conseguinte, «não ha comersios de portos de mar» como por seu turno se confirma nos *Elementos* de Freire de Oliveira <sup>177</sup>.

É evidente que não muito afastadas da costa, as dificuldades de transporte e comunicações impediam a vida e a fácil movimentação a esta comunidade que, não obstante, sempre teve como uma das actividades fundamentais o comércio. Não só em tempos anteriores em que se refere a abundância de mercadores e tratantes <sup>178</sup> mas, também durante o século XVII <sup>179</sup> como XVIII <sup>180</sup>. Para finais deste último

<sup>174</sup> Bazilio Telles, *Carestia de Vida nos Campos*. Porto, 1903, p. 69.

<sup>175</sup> Não estão longe do mar Braga e Guimarães, o que lhes permite exportar com facilidade os seus produtos. Sobretudo os Linhos, (*Descrição de Reino de Portugal*, Lisboa, 1785, p. 137).

(Vide infra nota 179, denotando a Vereação (ainda a meados do século) a importância dessa cultura e desse trato.

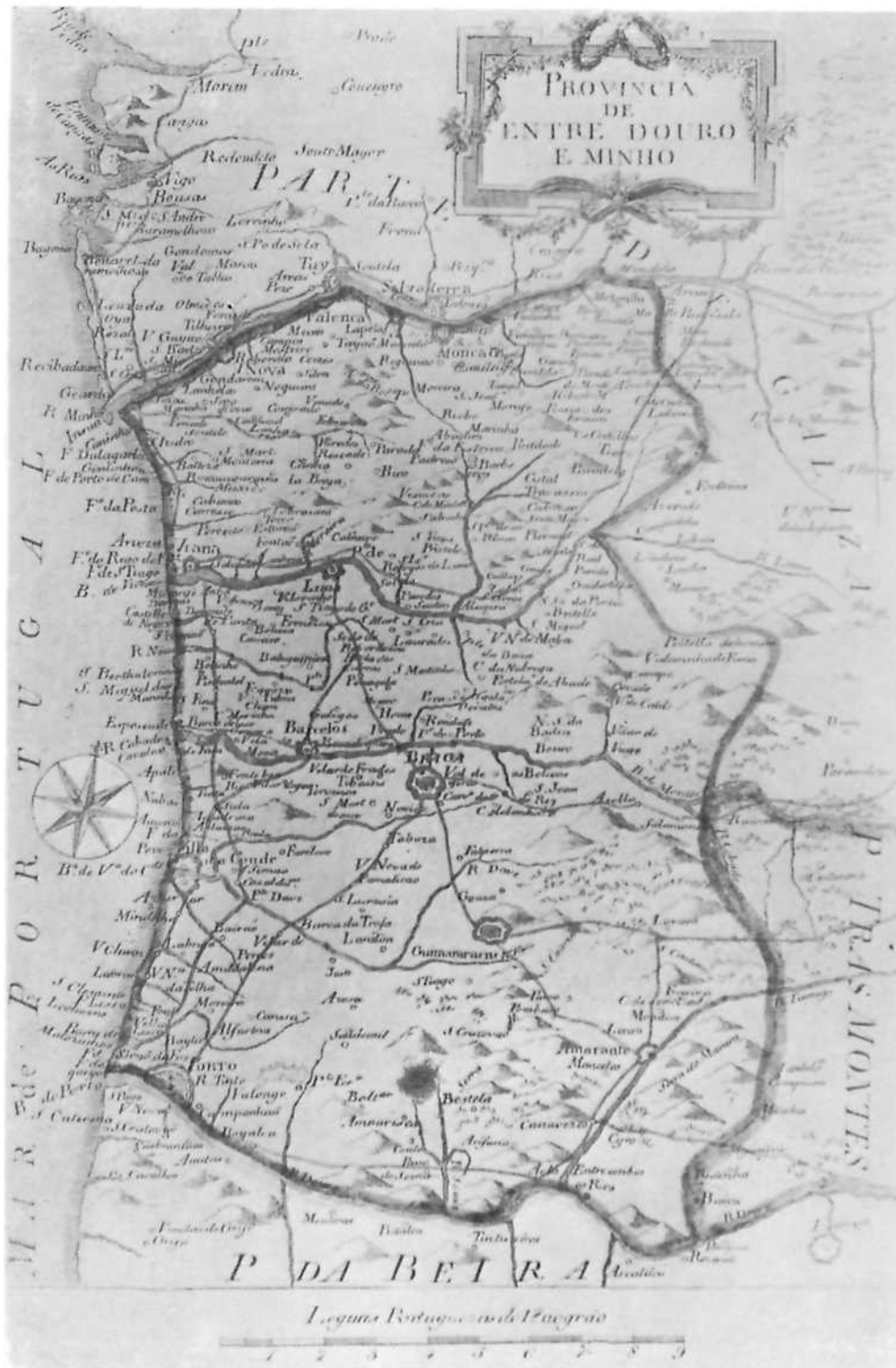
<sup>176</sup> Arq. Mun. de Braga, *Liv. das Vereações n.º IS07A*, p. 192 v.

<sup>177</sup> Eduardo de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, ed. cit., t. III, p. 219.

<sup>178</sup> Onde os burgueses dispunham, inclusivo, do arruamentos próprios e muito significativos no conjunto da cidade. (Cf. trabalho anunciado supra nota 108.

<sup>179</sup> Arq. Municipal de Braga, *Liv. das Vereações n.º 1907*, p. 58 v, 165 v. Idem *N.º 1908*, pp. 80, 83 v; Idem. *n.º 1909*, p. 154, onde, por 1650, se referem os muitos mercadores existentes na cidade. Muitos deles envolvidos no grande trato dos Linhos, com ramificação dos seus interesses particularmente em Lisboa. Idem. *Liv. n.º 1911*, p. 110, etc.

<sup>180</sup> O P." Luís Cardoso por 1721, atesta, outros sim, o bom número e o grande trato de mercadores em Braga (Referência em Sena Freitas, *Memórias de Braga*, vol. V, p. 410.



Braga impõe-se também e reforça-se como um centro «industrial» muito importante no coração do Minho: Em 1790 estavam aqui em laboração mais de duzentas manufacturas de oficinas particulares sem «respeito às fábricas e chapéus finos do consumo das Peles de Coelho e Lebre<sup>181</sup>». Por 1808, em cima de um período de graves dificuldades praticamente para todos estes sectores, se refere ser Braga de muita indústria e comércio com mais de 1 314 casas arroladas<sup>182</sup>.

No decurso dos tempos modernos a sua situação foi melhorando e as ligações com a orla litoral e os outros núcleos populacionais foi-se também incrementando. Para os finais do século XVIII Braga surge-nos já como o mais importante nó de comunicações — logo de comércio — no coração de todo Entre Douro e Minho. Por ali passavam os produtos da costa marítima relativamente próxima e acessível e por ali desciam também os produtos das terras altas do interior, servindo ainda frequentemente as terras mais interiores da Galiza.

Atestando uma situação relativamente favorecida pode constatar-se aí um mercado importante de produtos «marítimos», como sal e sobretudo peixe.

O peixe chegava a Braga praticamente todos os dias do litoral, onde mulheres carrejeiros iam buscar, e ali o traziam: «de Esposende e dos mais portos do mar em sestos» Mas vinha também em carros<sup>183</sup>. O trato avolumou-se de tal forma que a vereação fez desse comércio uma nova fonte de receita ao taxar em 1673 o peixe seco que aí chegava<sup>184</sup>. O peixe fresco, porém continuava livre de direitos assim se inferindo de uma postura ainda em 1742. Neste ano manda a Câmara lançar bando para que quem quizesse introduzir na cidade «toda a casta de peixe fresco pudesse fazer sem dependência alguma das posturas»<sup>185</sup>. Todavia em 1752, também o peixe fresco vem a ser taxado, sobretudo desde que não ficasse na cidade e seguisse para outros destinos, como sucedia mais frequentemente com a sardinha<sup>186</sup>. Os galegos viriam até a dominar e a constituir ali um núcleo importante em torno do trato do peixe, fosse fresco, fosse salgado<sup>187</sup>. O pescado chegava, pois, a Braga com facilidade. De

---

<sup>181</sup> Aurélio de Oliveira, *Têxteis e cortumes em Braga nos fins do século XVIII*. (Em preparação).

<sup>182</sup> *Memórias de Braga ou Relação Histórica e Política*, Lisboa, 1809, pp. 7-8.

<sup>183</sup> Arq. M. de Braga, *Liv. de Vereações n.º 1906*, p. 17v; idem, *Liv. n.º 1908*, p. 23v.

<sup>184</sup> Idem, *Liv. N.º 1911*, p. 213.

<sup>185</sup> Idem, n.º 1917, p. 152.

<sup>186</sup> Idem, *Liv. 1918*, p. 145.

<sup>187</sup> Idem, *Liv. n.º 1921*, pp. 103-103 v.

Esposende e também «de outros portos de mar desta província»<sup>188</sup> como Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Porto e Viana. Além do peixe, também o sal<sup>189</sup>. Mas não só. Produtos que alimentavam seus mesteres e «industrias», como lãs, linhos, couros e atanados, ferros, carvões, madeiras exóticas e outros mais produtos do comércio internacional, lhe chegavam com relativa facilidade dos respiradouros marítimos: Porto, Viana, Vila do Conde, Fão e Esposende<sup>190</sup>.

Deste modo se justifica também os cuidados que a edilidade punha no arranjo dos caminhos e pontes que ligavam a cidade ao Litoral como era o caso específico da Ponte de Prado e a passagem das Barcas no Vau do Bico<sup>191</sup>. Ainda a atenção dada às obras nas barras mais próximas, como ocorreu a quando da construção do Cais em Esposende, para o qual a Câmara contribui em 1624<sup>192</sup>. Verificar-se-ia o mesmo para Ponte do Lima.

A meados do século XVIII a afluência de meios de transporte era grande. Queixam-se os íncolas, por então, dos danos e estragos causados nas calçadas e pontes da cidade. Daí resultará mais um novo imposto sobre os carros ferrados, que por Braga faziam caminho (sem aí deixarem mercadoria)<sup>193</sup>.

Nada menos que sete importantes caminhos (ou rigorosamente oito pois um se bifurcava logo fora das suas portas) ligavam Braga a toda a vasta região de Entre-Douro e Minho, com particular realce à orla Marítima, centralizando por sua vez as que desciam das terras do interior. Estava deste modo em estreito contacto com os principais respiradouros marítimos. Facto plenamente atestado praticamente durante toda a Época Moderna: Vila do Conde, Esposende e Viana,

<sup>188</sup> idem, *Liv. n.º 1921*, p. 103v.

A. D. B. Conv. e Most. C. S. B. Tibães, *Liv. do Casio da Casa*, n.ºs 655-580. Passim.

<sup>189</sup> Grande parte do qual passava por estes caminhos para as terras do interior e povoados da Alta Galiza.

<sup>190</sup> Cf., *Liv. de Vereações*. Passim.

— A.D.B. Conv. Most. C.S.B. Tibães Cf. *Livros de Gasto e Livros das Obras*. Passim.

<sup>191</sup> Idem. *Liv. n.º 1912*, p. 127; idem, n.º 1917, p. 125v; idem, n.º 1923, pp. 29v-30.

<sup>192</sup> Idem, *Liv. n.º 1902A*, pp. 84-84v. Vide também *Liv. n.º 1919*, p. 120, contribuição para a Ponte do Porto e Amarante (!763). Idem, *Liv. n.º 1923*, pp. 29v-30.

<sup>193</sup> Idem, *Liv. n.º 1918*, p. 149v. Vinte reis por cada passagem foi o montante da nova taxa. Mais uma vez a visão curta dos centros urbanos, debruçada exclusivamente sobre os seus próprios interesses, prejudicando e impedindo o livre desenvolvimento e expansão do comercio regional e inter-regional.

Idem, *Liv. n.º 1922*, pp. 86 v e 164 v, bem como sardinha galega, *Liv. n.º 1891*, pp. 145-145v. (Muita passagem de cerâmicas para Guimarães, 1785).

em primeiro lugar, mas também Porto, e possivelmente até, lá mais no topo Norte, nas bocas do Minho, Caminha<sup>194</sup>.

Facilmente se vê cruzar-se aqui um trato de tripla faceta: um que serve Braga e arredores; outro que serve as terras do interior que lhe ficam a Leste penetrando inclusive na Galiza; finalmente outro que da Costa Marítima de Oeste lhe chega através de Viana do Castelo, Esposende, Fão, Vila do Conde, Azurara, Póvoa e Porto. Os produtos que da costa sobem para o interior passam a maior parte deles por Braga, salvo os que seguem a via do Douro. Caso contrário terão obrigatoriamente de usar os caminhos de Braga.

Elementos bastante frequentes destas ligações se deparam nos acórdãos da edilidade bracarense em todo o período Moderno.

Também os fundos das grandes casas senhoriais e sobretudo das Ordens Religiosas estão cheios dessas informações<sup>195</sup>. É fácil encontrar provas desta articulação bracarense nessa tríplice dimensão. Além de transacções dos produtos das suas indústrias, e das matérias primas para a sua sustentação encontram-se testemunhas de muitos outros produtos de diversa proveniência: carnes e gados<sup>196</sup>, lãs, couros, frutos, fenos, lenhas, carvão, azeites, vinhos (verdes e maduros de Trás-os-Montes, Ponte do Lima, Barca e Terras de Basto) cereais<sup>197</sup> alguns dos quais saíram desta região para o porto de Viana do Castelo durante já o século XVI<sup>198</sup>. O mesmo acontecerá para os seguintes: XVII e XVIII bem como XIX. Saídas estas que algumas vezes foram autorizadas. Mais frequentemente porém, ilegais, pois com certa intensidade e frequentes vezes serviram para alimentar intenso contrabando que se estendia também a outros produtos. Outros géneros vêm-lhe claramente da orla marítima: pescado fresco e salgado, panos, sedas, papel, courames, arroz, especiarias e diverso material de construção além de um

<sup>194</sup> As ligações com Vila do Conde eram importantes dali recebendo pescado assiduamente como ainda outros produtos. Intensas libações se atestam desde a primeira metade do século XVI. (Arq. Municipal de Vila do Conde. Docs. avulsos n.ºs 3 e 4. Vide. António Amorim, ob. cit.). Os de Ponte de Lima procuravam o peixe desde Caminha a Vila do Conde. (*Liv. de Variações de P. de Lima*, n.º 11, p. 6).

<sup>195</sup> Para a parte respeitante ao Senhorio de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Cf. Frei António de Rozáno que vem tão meritória mente publicando na Revista «Bracara Augusta».

— A. D. B.-C S. B. Tibães, *Liv. do Gosto da Casa* n.º 655, (1614)-1693 (1822).

<sup>196</sup> Joaquim Inácio Ferreira Lapa, *Relatório da Missão agrícola nu Província do Minho*, Lisboa, 1871, p. 12.

<sup>197</sup> Arq. Municipal de Braga, *Vereações. Pssim*.

<sup>198</sup> Aurélio de Oliveira. *A Abadia de Tibães (1630-1680)*..., ed. cit., p. 310.



tráfico intenso, nos parece, do sal. Almocreves carreteiros, comerciantes «regatoens» que ali mercadejam a miúdo para depois venderem por grosso ou vice versa<sup>199</sup>. Também os estrangeiros frequentavam com assiduidade esta praça vendo-se a edilidade muitas vezes obrigada a regular e a controlar as suas actividades<sup>200</sup>. Os produtos das suas oficinas espalham-se facilmente por todo o Norte, atingindo os centros do Sul, a orla marítima imbricando-se directamente nos mercados galegos mais próximos. Braga parece surgir-nos — e só um estudo mais aprofundado no-lo dirá — como um centro activo de comércio, bem articulado e onde o trato com pão merece particular relevo.

O tráfico dos cereais nesta praça foi grandemente facilitado desde que feito nas alfândegas «... acordarão e mandarão que daqui por diante não se entenda a vereação que he feita e acordado sobre o tirar do pão desta Cidade no pão que de carroto vem a Alfândega desta Cidade e se nella vende e q livremente se possa nella comprar e levar para fora avendo respeito as pessoas de fora que o vem comprar<sup>201</sup>» apenas sendo para tal necessário «tirar ou levar Guja do Escivam do Senado»<sup>202</sup>.

É evidente que a cidade procurava acautelar os seus interesses, ora atraindo os grãos ao seu alfoz isendado-os de pagamento de taxas a quem normalmente andava sujeito (e que constituía um entrave à transacção e ao abastecimento sobretudo em alturas em que as dificuldades mais se faziam sentir): «porque as pessoas que vierem vender pão de qualquer parte que sejam a esta cidade sejam fforos e livres de lhe pagar a elle dito Gaspar Gonçalves nem outrem per elle cousa alguã de sisa nem doutro direito... «antes todas» livremente vendão fforos e isentos...»<sup>203</sup>, ora obrigando, outrossim, a introduzir estes géneros na cidade àqueles que a ela vinham abastecer-se doutros entrando nessa obrigação particularmente aqueles que de Trás-os-Montes até ali desciam.

Com efeito «muitas pessoas de Trás os Montes e outras partes vinhão a esta Cidade e levavão delia Carregos de mantimento e de outras cousas que ha na terra sem trazerem mercadoria algũa o que era preiuzo a republica majorm.<sup>te</sup> que porq tinham informação que

<sup>199</sup> *Livro de Vereações*, in «Bracara Augusta», vol. II, Outubro 1930, p. 355.

<sup>200</sup> Cf. *Actas de Vereações* transcritas pela Rev. «Bracara Augusta», Passim.

<sup>201</sup> *Livro de Vereações*, in «Revista Bracara Augusta», vol. XIII, 1962, p. 445.

<sup>202</sup> *Livro de Vereações*, in «Revista Bracara Augusta», vol. XXII, Janeiro-Dezembro, 1968, p. 407.

<sup>203</sup> *Acórdãos e Vereações*, in «Revista Bracara Augusta», vol. XXIX, p. 411.

trazião os almocreves mercadorias de pão e vinho e outros mantimentos e que antes de chegarem a Cidade os vendem e não vem aqui mais que levar as mercadorias que na Cidade ha... que nhũa pessoa... não possa tirar desta Cidade e seu termo nhũa mercadoria sem constar aos juizes delia e cada hũ delles (em) como trouxe outros mantimentos e mercadorias pêra a cidade»<sup>204</sup>.

Este trato de cereal envolvia, aliás, gente vária desde comerciantes a outras pessoas mais graúdas da cidade e arredores. Um dos locais de contrabando onde se traficava bastante cereal que fugia às taxas da Alfândega e à obrigação de o ter em praça pública durante três dias pelo menos, era precisamente nas bocas e último troço do caminho que descia de Trás-os-Montes, ali pelos lados do Carvalho d'Este e de St.<sup>3</sup> a Branca. Várias vezes a Câmara se viu obrigada a intervir:... «porquanto eram informados que o pão que se trazia de fora a Alfândega desta Cidade se tomava todo a Nossa Sñra a branca e antes que chegasse a ditta Alfândega... e querendo nisso prouer mandavão... que nhũa pessoa não va esperar pão algũ que venha pêra esta Cidade des do Carvalho deste te a Alfandega delia nẽ o tomẽ nem recolhão em suas cazas nẽ as bestas q o dito pão trouxerem»<sup>205</sup>.

Neste trato ilícito andavam envolvidas pessoas graúdas pois estavam os vereadores «informados que alguns cidadaons desta cidade mandavam por seus criados e criadas e outras pessoas vender pão em grão a alfandega desta cidade e arredor e que o dito pão vendião aos Almocreves e pessoas que de fora vinhão vender o dito pão a dita alfândega que se fossem que na cidade havia pão que farte cõ isso os fazião ir passar sem vender nesta cidade... e por tanto provendo nisso mandarão que toda a pessoa assi Cidadão como qualquer outra que seia não venda nẽ mande vender pão a Alfândega nẽ ao redor delia e deixem a Alfandega livre aos de fora...»<sup>206</sup>.

O exacto posicionamento, de Braga no que respeita ao lugar ocupado na rede comercial parece-nos ainda muito imperfeitamente determinado.

As suas duas alfândegas colocadas sobre os principais eixos do seu recinto como eram as da «Porta do Souto e a da Porta de Sousa»<sup>207</sup>

<sup>204</sup> *Livro das Vereações*, in «Revisia Bracara Augusta», vol. II, Julho, 1950, p. 186; Idem, vol. V, Julho-Dezembro, 1954, p. 39S; Idem, vol. IV, 1953, p. 248, etc.

<sup>205</sup> *Livro das Vereações.*, in «Revista Bracara Augusta», vol. XIII, Janeiro-Dezembro, 1962, pp. 455-456.

<sup>206</sup> *Livro de Vereações*, in «Bracara Augusta», vol. XIII, Julho-Dezembro, 1957, p. 398.

<sup>207</sup> *Liv. das Vereações*, in «Bracara Augusta», vol. II, Julho, 1950. p. 186. Nestas duas porias se centrava pratica mente todo o comércio de grãos e farinhas, juntamente com os «armazéns», casas de Venda e padeiros que de preferência se alojavam na Rua da Água.

controlavam, segundo parece, um comércio assaz activo. Os caminhos de Braga eram passagem obrigatória dos produtos da costa para o interior e deste para o litoral, e mesmo daqueles que das terras do centro interior, como parte de Viana, Ponte do Lima, Ponte da Barca e Arcos desciam para a cidade do Porto. Para essa posição privilegiada muito contribuiu a «reforma» do seu Mercado e Alfândega empreendida por D. Agostinho de Castro nos inícios do Século XVII<sup>208</sup>. Braga era por então o maior mercado salineiro no coração do Minho, contribuindo para uma afluência acrescida às suas feiras. Como troca introduziam-se os mais variados géneros e entre eles em primeiro lugar os cereais. A par do sal o inevitável pescado de todos os ancoradouros do litoral próximo: «por cauza do muito sal q nella se vende E ã muito bom preço vem a cidade muito pão, vinho, azeite, legumes, linho, mel, Cera E todas as mais mercadorias q uẽ de tralos montes E das mais terras comarquas q aqui trazem e levão em Retorno o saal sã auer outra mercadoria que daqui possão leuar... pella qual causa os que athe agora governarão a cidade sempre fauorecerão muito este trato do sal trabalhando m. <sup>to</sup> que sempre ouuesse muita abastança delle E em preço onesto para q os almocreves E tratantes q trazem todas as outras mercadorias folguem de as uender .../... nunca por isso foi lançada imposição no saal por não ter impedimento algum .../... almovreues e tratantes que costumão trazer a esta cidade trigo, centeo, v.º e os mais mantimentos e mercadorias leixão de as trazer e as leuão a outros lugares S. a uilla do conde, barcelos esposende, ponte do lima, vianna, guimaraes e outras partes»...<sup>209</sup>.

O mais activo desses caminhos era o que sala da Cidade por Senhora a Branca, mais tarde estrada real, ladeando o Este pelo Norte, passando pelo Carvalho d'Este. Neste troço se faziam já intensas trocas de contrabando conforme verificamos. Dai seguia até Penedo e lá mais acima Salamonde. Biforcava-se então nesta altura seguindo um para Chaves drenando os produtos desta rica veiga e de toda a terra de Boticas; outro seguia mais para o Norte para Montalegre — o mais importante

<sup>208</sup> para melhor provimento da cidade «mandou fazer no Castello a Alfandega com aposentos e separação bastante para que os mercadores de fora podessem agasalharse a Sy e suas fazendas sem pagarem outros direitos mais que o aluguer dos pezos e medidas porque vendem e que deste se pagasse a hum alfandegario a cuja obrigação estivesse guardar tudo a que na Alfandega entrasse». He esta franqueza e seguridade que trás a Braga grande numero de mercadores com q fica nu dos mais bem providos lugares do Reyno». (D. Rodrigo da Cunha. *Historia Eclesiástica de Braga*. Braga, 1634, t. II, p. 411>. Vide Supra nota 108.

<sup>209</sup> Arq. Mun. de Braga. *Liv. das Canas*, (pp. n./n.) e Aurélio Oliveira, *Elementos*, ed. cit.

centro junto à fronteira <sup>210</sup>. Esta localidade era sede uma importante feira. Muito frequentada por portugueses e galegos que aí se entregavam a um activo comércio <sup>211</sup>. Braga atraía assim por esta via toda a terra de Vila Real e Barroso, à qual recorria sempre que as suas terras não bastavam ao seu sustento, como aconteceu aquando as dificuldades que caíram sobre a região Bragarense por 1563. Houve então que recorrer nesta emergência às terras e comarcas de «Baroso e tralos montes e outras terras onde mais parecesse necessareo» <sup>212</sup>.

Deste modo chegava até ela larga percentagem dos produtos transmontanos e até galegos. A maior parte dos produtos do Minho eram em compensação drenados através destes mesmos caminhos: «o Minho abastecia Trás-os-Montes de sal e pescado, peixe fresco, mas principalmente salgado e seco: Para esta Província exportava então Vila do Conde anualmente (durante o século XVIII) 20 000 qarrobas de peixe salgado; da Póvoa e Fão recebia o peixe seco. O cereal entrava e saía para a Galiza consoante a abundância ou a carência que mais ou menos se fizesse sentir de um e outro lado da fronteira. Montalegre era a grande feira semanal onde se realizavam essas transacções. Aí ocorriam os galegos em grupo activo e numeroso suprindo parte das necessidades da província, mercadejando os cereais e os gados essencialmente, mas também o peixe. O Barroso parece produzia nesta altura muito abaixo das suas necessidades e ali la buscar o seu pão. Do Minho chegava praticamente todo o sal e pescado. Todos os anos em Setembro e Outubro se permutavam mais de 6 000 alqueires de centeio por outros tantos de sal, e parte dele entrava para a Galiza. No último quartel do século XVIII são os povos do Barroso a abrir uma estrada de 10 léguas entre o Minho e Trás-os-Montes que permitisse fácil comunicação entre as duas províncias <sup>213</sup>. Braga em particular diligencia durante a última década para que se abram novas estradas e melhorem as que já existem <sup>214</sup>. Por 1779 confirma-se essa situação privilegiada descrevendo-se a cidade e a sua posição no só viário como autêntica aranha no coração do

---

<sup>210</sup> A meados do Século XVIII, Campomanes deixa emirgir Braga, como o nó de comunicações mais importante, em toda a província do Entre-Douro e Minho. (Cf. *Noticia Geográfica del Reyno y Camifos de Portugal*. Madrid, 1762).

<sup>211</sup> Galegos e Castelhanos, eram assaz frequentes, aliás, na praça bracarense. (Cf. Aurélio de Oliveira e J. Garcia Lombardero, ob. cit.). Vide nota 108.

<sup>212</sup> *Livro das Vereações*, in «Revista Bracara Augusta», vol. XXIX, 1975, pp. 419-421.

<sup>213</sup> Fernando Alberto Pereira de Sousa. *Trás-os-Montes. Subsídios para a sua História em fins do Século XVIII princípios do século XIX*, (dact.) Porlo, 1973.

<sup>214</sup> Arq. Mun. de Braga, *Liv. das Vereações n.º 1923*, pp. 78-78 v.

Minho<sup>215</sup>. Pouco depois, por 1789, se constata a mesma situação central: nó obrigatório para as principais terras da Província (e não só): «comunicável com muitas e notáveis povoações da Província do Minho como herão Vianna, Valença Ponte do Lima e outras e até com o Reyno da Galiza», por onde se fazia intenso tráfego. A ponte de Prado, que dava acesso àquelas bandas, achava-se perigosamente degradada com a intensidade do mesmo: totalmente «arruinada rodando já os ditos carros (de sardinha da Galiza, telha e barro numa média de mais de mil por ano!) sobre as pedras dos arcos»...<sup>216</sup>.

A posição geográfica de Braga, aparece-nos, assim, favorecida tanto quanto o pode ser um centro que não participa de tráfico marítimo ou fluvial directo (embora para isso tenha feito sérios esforços nos fins do século XVIII — quando se procura articular com o mar, através de canal navegável, que subiria até às suas portas: O Vau do Bico<sup>217</sup>), e que se vê obrigada a fazer o seu comércio a dorso de bestas e muares, carros e até à cabeça de simples carreções<sup>218</sup>.

Poderíamos continuar neste tipo de referências se elas não nos afastassem em demasia do esquema de hoje. Deixemos tal assunto para ocasião mais oportuna, pois a ele tencionamos regressar. O que fica será suficiente, cremos, para considerarmos que centros poucos conhecidos, podem ter sido até certo ponto relevantes no que respeita ao seu posicionamento na rede de distribuição interna, e logo na formação dos preços dos géneros. Situação que ganha maior relevo à medida que se

<sup>215</sup> *Compendio Histórico da Cidade de Braga*. Ms. da B. P. M. de Braga, n.º 897, pp. 7-8.

<sup>216</sup> Era grande o entozamento da cidade com as outras Povoações da Província (e não só) bem como a intensidade de tráfego. Uma intensa actividade industrial punham-na em ligação constante com os portos secos e de mar — nomeadamente o Porto. (O afluxo e fixação de Cônsules e feitores das grandes casas comerciais — a partir principalmente do Porto — atestarão o mesmo nestes finais do século XVIII). Na verdade, em 1789 referem os habitantes da cidade para o monarca ser «a mesma cidade comunicável com muitas e notáveis povoações da Província do Minho como herão Vianna, Valença, Ponte do Lima e outras e até com o Reino de Galiza por hua ponte vulgarmente chamada de Prado... cuja ponte facilitava o giro do negocio e era necessária para o Comercio da Provinda, E como a dita ponte por causa dos muitos carros de Sardinhas que vinhão de Galiza e mais de des mil carros que sahião de Prado todos os annos de telha e barro Se a chava arruinada Rodando já os ditos carros sobre as pedras dos arcos...» (Arq. Municipal, Braga, *Liv. de Registos ano de 1789*). N.º 1923, pp. 78-78v; N.º 1924, p. 4v-5; 61-62;

<sup>217</sup> Arq. Mun. de Braga, *Liv. das Vereações*. N.º 1923, p. 78-78v.; N.º 1924, p. 4-5v.; 61-62.

<sup>218</sup> Fr. António do Rosário, *Vereações e Acórdãos de Braga*, 1580/82 cit. (p. 37).

recua no tempo, com localidades muito próximas registando frequentemente «fortes diferenças de preços»<sup>219</sup>.

Dados estes circunstancialismos haverá que manter todo o cuidado na apreciação dos preços sobretudo se através deles também procuramos aproximar-nos do movimento geral da produção, perspectiva sob a qual hoje aqui preferentemente os encaramos.

O posicionamento geográfico dos mercados não é de modo algum sem consequências no comportamento dos preços. Se através deles algumas outras indicações procuramos para além de toda a riqueza informativa que os preços por si contêm teremos de nos afastar dos mercados marítimos, grandemente inundados pelos grãos estrangeiros, procurar aqueles que vivem mais dos grãos nacionais e, sempre que possível, fugir ainda destes perscrutando o latejar dos mercados regionais ou locais, se possível detectar o comportamento dos preços sobre as próprias áreas de produção. É evidente que neste particular as dificuldades aumentam à medida que nos procuramos acercar destas pequenas realidades locais. Não deixam, porém, de constituir o ideal e o local privilegiado de toda a análise histórica, se não andarmos preocupados com a ambição falaciosa de dizermos a última palavra em tudo, e obcecados apenas pela divulgação do «dejà vu».

Ao terminar-mos este pequeno esforço queremos sublinhar que não queremos inculcar no leitor a ideia contrária à corrente: da nossa endémica carência cerealífera. A nossa intenção não é essa como já se terá claramente apercebido. É mais modesta e mais simples: Chamar a atenção para dois pontos fundamentais: as necessidades de consumo dos nossos grandes centros não podem, em nosso entender, servir de estalão para avaliar da capacidade produtiva de toda a terra portuguesa até porque nunca funcionaram como solicitadores e animadores de produção<sup>220</sup> mesmo que uma ou outra vez em situações, à partida, vantajosas para que isso se verificasse<sup>221</sup>. O peso das constantes estruturais

<sup>219</sup> Cincinato da Costa e D. Luiz de Castro, *Le Portugal au point de vue agricole*, ed. cit., p. 603.

<sup>220</sup> Cf. Supra nota 105.

<sup>221</sup> Como a quando da situação criada em 1889 com as leis proteccionistas. Mesmo o «Celeiro» alentejano se não reconverterá perante tal situação. «Uma fracção substancia da produção de trigo no Alentejo não se destinava ao mercado. Podemos estimar, *grosso modo* que quase metade dela era consumida na província, em grande parte distribuída dentro das propriedades sob a forma de pagamento aos trabalhadores agrícolas». Em alguns casos se registaram, inclusive, compras para a satisfação das necessidades dessas mesmas explorações! (Cf. Jaime Reis A «Lei da Fome»; *as origens do proteccionismo cerealífero (1889-1914)*, in «Análise Social» vol. XV. (60) 1979, 4.º p. 767.

era demasiado grande e continuado. Para essa apreciação final não podem, outrossim, pôr-se de parte as condições extrínsecas da produção. Em segundo lugar chamar a atenção para a necessidade do estudo das diferentes áreas regionais, das possíveis mini-áreas geográfico-económicas que (constituem) possivelmente o nosso quadro nacional por excelência. Por último nos parece, pelo menos conveniente, ter presente que no que respeita a mercados cerealíferos outros centros para além do lisboeta se podem tornar tanto ou mais representativos que este, onde o grande agente regulador dos seus preços é, sem dúvida, essencialmente a importação<sup>222</sup>, não obstante a influência que dele (ou deles — se pensarmos noutros grandes centros) irradia (ou irradiam). A este propósito no Norte o Porto nos parece mais representativo, (assim como outros mercados regionais). No Sul, é deveras relevante o papel do mercado eborense (sem esquecer a importância de outros poios por vezes decisivos<sup>223</sup>.) Para além da sua localização num centro de uma área tradicionalmente cerealífera, não apresenta o empecilho dos graves acidentes geográficos, encontrando-se por isso praticamente ligada pelo lenço! da vasta planície a outras regiões produtoras alentejanas. Já Rodrigues de Brito observa a relevância deste centro no que respeita à produção preços: «Em toda a província d'Além-Tejo, apesar da falta de estradas, rios, canais, barcos e condutores que fogem da opressiva prática de embarcos de bestas e carretas sempre o preço de Évora regula os outros, fazendo-se o abate do frete segundo as distâncias: porque ahi he onde ha mais abundância de conduções e donde o trigo é conduzido aos Portos d'Alcacer e Setúbal, do mar e Tejo e ao Terreiro de Lisboa» mas em todos esses mercados os cereais apresentam já diferenças de preços em relação aos de Évora «prescindindo mesmo do valor dos fretes»<sup>224</sup>. Mas há ainda os mercados intra-regionais e locais de cujos comportamentos interessantes ilações a nível específico e global se poderão retirar. Dos mais interessantes e importantes, será pelo certo, o da testação das concordâncias específicas e concordâncias geográficas intra e inter-regionais<sup>225</sup> que só através da prospecção e estudo de vários mercados se poderão obter.

<sup>222</sup> Rodrigues de Brito, ob. cit., *Memória IV*, p. 69.

<sup>223</sup> Este artigo ficou redigido, em 1979. Todavia, chama-se a atenção para o importante artigo de David Justino sobre a parte meridional do País. (Confirmando, aliás, as grandes linhas de comportamento e evolução que apurámos para o Norte).

<sup>224</sup> Rodrigues de Brito, *Memórias políticas...* ed. cit., *Memória IV*, pp. 48-49.

<sup>225</sup> Ernest Labrousse, *La crise de l'économie française à la fin de L'Ancien Regime...*, ed. cit., p. 135 e segs.

Seja-nos lícito a título de ilustração última, como conclusão, mas reservando-lhe o lugar que merece como hipótese de trabalho o que se passa por exemplo com o comportamento do centro consumidor que é o Porto e outros provincianos — durante o século XVIII. Uma das conclusões que facilmente ocorre a quem perpassa os livros de vereações das duas (ou três cidades) é o facto de no município do Porto ser mais constante o número de rebates ou perigos de fome. São menos em Guimarães ou em Braga. O número de bocas a alimentar é aqui a determinante número um para a determinação de anos de crise ou de fomes independentemente da situação real da produção, ou da boa ou má situação dos «stocks». Guimarães recorreu muito menos vezes ao socorro de grãos do exterior (tal como Braga ou também Ponte do Lima e até Vila do Conde). A produção circunvizinha, bastantava-lhes ordinariamente. Seriam centros praticamente auto-suficientes, donde, ao contrário, saíam frequentemente grãos, a avaliar pelas proibições constantes decretadas pelas edilidades chegando-se mesmo à apreensão do pão que saí em não poucas ocasiões<sup>226</sup>.

Por outro lado, e não obstante a pequena distância que separa as duas cidades é possível detectar no mercado vimaranense como bracarense em relação ao Porto, e vice-versa crises locais<sup>227</sup>. Isto sem prejuízo das crises maiores que poderíamos dizer regionais, inter-regionais quiçá nacionais, e que indubitavelmente tiveram efeitos determinantes no comportamento dos preços em todos eles. Ora como estes e alguns mais já conhecidos muitos outros centros regionais e locais será preciso, sem dúvida, estudar e apreciar até para se poderem testar as concordâncias ou discordâncias acima acabadas de referir. Estamos ainda muito longe de termos um mercado nacional, que nos possibilite uma visão de conjunto e isto em tempos ainda muito próximos podendo dizer que no período agora estudado a diversidade regional é que comanda a evolução dos preços e a realidade agrícola e económica. Diversidade que Magalhães Godinho refere claramente: «dans le Nord du Portugal la plupart des prix sont en baisse quand on entre dans la deuxième moitié du XVIII. e siècle, tandis que dans le midi ils semble plutôt en

---

<sup>226</sup> Albert Vieira Braga, *Administração Seiscentista do Município Vimarense*. Guimarães, 1953, pp. 220-221. Multas e sequestros que atestam saídas inequívocas: Para Vila do Conde Cf. António Amorim, ob. cit. p. 57 e segs.

<sup>227</sup> idem, *Ibidem*. Cf. as Transcrições das Vereações para todo o século XVII e confrontar com as Vereações Portuenses.



hausse»<sup>228</sup>. Estaremos, não obstante o nosso quadro geográfico, perante uma agricultura nacional, ou de preferência — o que mais supomos— perante diferentes quadros agrícolas regionais?

Será quimérico possivelmente para já, por conseguinte, a tentativa de extrair de qualquer série, de qualquer ponto do país conclusões a nível geral, porque o país, durante toda a época Moderna e larga parte da Contemporânea se apresenta diversificado. Por outro lado tentar, apoiados em séries desse tipo, tirar conclusões aplicáveis ao resto da realidade nacional, para justificar situações meramente pontuais ou acontecimentos episódicos não é certamente, pelo menos, o processo mais seguro. Neste tipo de economias e de mercados, nem sequer a correspondência de preços possivelmente atestados ou comprovados poderão ser tomados como prova «à fortióri» da existência de fluxos efectivos de grãos» e por conseguinte de um mercado uniformizado e integrado a nível nacional<sup>229</sup>.

Façamos o levantamento e o estudo da geografia dos preços do país o mais urgentemente possível. O estudo dos preços do seu comportamento regional e de toda a problemática a eles atinentes continuará a ser necessária. Estabelecer leis a partir de casos isolados na tentativa apressada de fabricar grandes sistemas poderá ser um erro. Aliás no que respeita a preços sublinha Fourastié, e com razão: «pas de lois mais une histoire»<sup>230</sup>.

Só o conhecimento dessa história nos permitira um juízo final correcto. Se esse quadramento é válido para todo o século XVIII em que de facto não há ainda um mercado nacional<sup>231</sup> é-o também necessário e válido para grande parte, se não a quase totalidade do século XIX, em que, não obstante o nosso pequeno espaço geográfico, a área nacional se poderá definir essencialmente ainda como um conjunto de mercados, de diferente integração e diferente repercutibilidade conforme os produtos e as áreas económicas envolvidas.

(Outubro 1932)

<sup>228</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies...*, ed. cit., p. 195. Eis uma afirmação que comporia a constatação de duas grandes realidades, cuja diversificação imporia perscrutar em pormenor.

<sup>229</sup> Nicolás Sanchez-Albomoz, ob. cit., p. 127.

<sup>230</sup> Jean Fourastié, *Évolution des prix à long terme*. Publié sous la direction de, PUF. Paris, 1969, p. 81.

<sup>231</sup> Jorge Borges de Macedo, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*. Lisboa, 1963, p. 130.